

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SECRETARIA DA SAÚDE REALIZADA NO DIA VINTO E NOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO NA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARULHOS, COM PREVISÃO DE INÍCIO ÀS NOVE HORAS.

Realização: Secretaria da Saúde

Presidente: Vereador Gilvan Passos

Assunto: Prestação de contas do segundo quadrimestre de 2025

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Sob a proteção de Deus, damos abertos os trabalhos desta manhã. Bom dia a todos. Sou o Vereador Gilvan Passos, Presidente da Comissão Permanente de Higiene e Saúde Pública. Encontra-se aqui ao meu lado também o Vereador Geraldo Celestino, que é membro da Comissão; a Vereadora Carlinda Tinôco também se faz presente.

Esta Comissão tem a honra de receber o senhor Márcio Chaves Pires, Secretário de Saúde, que fará explanações referentes à prestação de contas do 2º quadrimestre de 2025, obedecendo dessa forma à Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012.

Também está compondo aqui a Mesa o Secretário Márcio Chaves, a Secretária-Adjunta Flávia Verdugo, o Subsecretário Rafael de Queiroz Vizaco; o Vereador Geraldo Celestino, que já mencionei.

Eu gostaria de convidar também, neste momento, a Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde, a senhora Cibele Regina Gonçalves Lourenço. Ela já está aqui. Bom dia! Obrigado pela presença.

Eu gostaria de já abrir a palavra aos Vereadores que se fazem presentes aqui, que quiserem fazer uso da palavra, que possam se inscrever. E também aos munícipes que aqui estão, que representam o Conselho. A assessoria já passou pegando os nomes. Se alguém ficou sem, pode fazer a sua inscrição. Também a Talita, que é assessora da Vereadora Karina Soltura, se faz presente nesta manhã representando a Vereadora. Então, se algum Vereador já quiser fazer a inscrição, e os munícipes também.

Dessa forma, com a palavra o Secretário de Saúde, senhor Márcio Chaves Pires.

O SR. MÁRCIO CHAVES PIRES – Muito bom dia a todos. Eu queria cumprimentar o Vereador Gilvan, Presidente da Comissão de Saúde, em nome de quem saúdo todos os Vereadores, Vereadoras, profissionais que atuam nesta Casa de Leis. Eu também gostaria de cumprimentar a dona Cibele que está representando o Conselho Municipal de Saúde; cumprimentar e saudar todos os colaboradores da Secretaria Municipal de e ao público presente, os moradores, moradoras, representantes de entidades sociais desta Cidade.

É importante a gente frisar que esta audiência pública deve acontecer quadrimestralmente, especialmente nos meses de fevereiro, maio e setembro. É um dispositivo da Lei Complementar 141, de 2012, no seu artigo 36, em que a Secretaria Municipal de Saúde deve prestar contas do ponto de vista dos recursos orçamentários e financeiros utilizados no quadrimestre anterior, assim como as ações envolvendo os programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Eu vou pedir para o Rafael já entrar no quadro da gestão financeira. Aqui no Receitas do Tesouro Municipal, como vocês podem observar, vou sempre usar aqui a última linha, há um orçamento atualizado da ordem de cinco bilhões, 46 milhões, 918 mil, que é o Orçamento do Município de Guarulhos. E as receitas realizadas no 2º quadrimestre é do valor de três bilhões, 347 milhões, 259 mil, 463 reais e 82 centavos, o que faz um percentual de 66,3 por cento daquilo que foi orçado, planejado. Se estamos falando de três quadrimestres, portanto, os dois quadrimestres dariam algo em torno de 66 por cento, está absolutamente dentro do programado. Aí é importante a gente compreender que por força da Constituição o Município deve destinar 15 por cento das receitas para a área da Saúde. Portanto, a gente pegando o quadro das Despesas do 2º Quadrimestre, de acordo com o orçamento atualizado, um bilhão, 136 milhões, 607 mil, 45 reais e 11 centavos é o que compõe o Orçamento da Secretaria Municipal de Saúde.

Nós tivemos, neste período, como Despesa Liquidada, 773 milhões, 334 mil, 912 reais, portanto, um acumulado de 68 por cento dentro do que está planejado de acordo com o orçamento municipal. Demonstrativo do percentual de aplicação, se nós observarmos o volume do orçamento atualizado *versus* a despesa liquidada temos uma execução da ordem de 61 por cento dos recursos que são passados, tanto pelo Tesouro Municipal como por transferências e convênios estaduais quanto convênios e transferências federais. Total de despesas com a Saúde nesse período: um bilhão, 588 milhões, 083.484 e 99. Despesa liquidada: um bilhão, 047 milhões, 024.999 e 11 centavos, perfazendo um total de 66 por cento. Do ponto de vista da aplicação em termos percentuais temos até o 2º Quadrimestre de 2025, 23.10 de aplicações na área da Saúde. Portanto, superando os 15 por cento. Estamos cumprindo rigorosamente o mandamento constitucional.

Depois do ponto de vista de quais são as fontes de financiamento para a área da Saúde temos os valores referentes a nove milhões, 48 mil, 242.82, que são transferências de Recursos Estaduais. Como compõem esses recursos estaduais? O IGM-SUS Paulista, que é um recurso destinado ao fortalecimento das ações na Atenção Básica. Nós temos outro valor referente a 336 mil, 341, que é para desenvolver o Programa relacionado à Glicemia e o Dose Certa, um milhão, 688 mil, 431 e 82, perfazendo um valor total de nove milhões, 48.242 e 82. Do ponto de vista do financiamento para as ações em Média e Alta Complexidade o Governo do Estado tem financiado juntamente com o Fundo Municipal de Saúde algumas instituições que prestam serviços de Média e Alta Complexidade, como o JJM, o Hospital Stella Maris, os dois prestadores de serviços na área de hemodiálises, que é o Diaverno e o Davita e os valores repassados pelo Governo do Estado para cobrir os serviços prestados por essas entidades equivalem a um valor de 24 milhões, 446 mil, 348 e 03. Tivemos também, do ponto de vista de recursos estaduais, um incremento que através de uma parcela única para custear também ações voltadas à Vigilância no que diz respeito ao Combate à Dengue especialmente, um volume de três milhões, 511mil, 735 reais durante o quadrimestre.

Na próxima tabela, a gente verifica uma série de emendas parlamentares repassadas para o Município de Guarulhos, totalizando um valor de 24 milhões, 560 mil. São emendas da Assembleia Legislativa, basicamente para custeio das atividades e algo específico aqui voltado para aquisição de imobiliário e equipamentos para a UPA São João Lavras. Do ponto de vista dos Recursos Federais, que é a outra fonte extremamente importante para o desenvolvimento das ações do Sistema Único de Saúde de Guarulhos tivemos um valor repassado até o presente momento de 184 milhões, 388 mil, 389 reais e 13 centavos, correspondendo a 76 por cento do que estava inicialmente previsto, 243 milhões e 300 mil reais. Do ponto de vista do Fundo Municipal de Saúde com recursos próprios da Prefeitura de Guarulhos temos aí um demonstrativo do orçamento inicial previsto de um bilhão, 381 mil, 965 reais, 101 e 82 para um orçamento atualizado da ordem de um bilhão, 588 milhões, 083.484 e 99. Esse incremento, em termos de orçamento atualizado se refere, sobretudo à atualização inflacionária do período e ao incremento de arrecadações que conseguimos, tanto do Governo do Estado quanto do Governo Federal.

Do ponto de vista do que compõe esse Orçamento está distribuído da seguinte forma: Tesouro Municipal, um bilhão, 137 milhões, 749 mil, 348 e 43; Transferências Estaduais, 98 milhões, 155.416 e 98; Transferências Federais, 352 milhões, 178.719 e 58, perfazendo um total de um bilhão, 588 milhões, 83 mil, 484 e 99 centavos. Pela distribuição do gráfico de pizza apresentado, vocês podem verificar que o Município é quem arca a maior parcela de ações da Secretaria das ações de Saúde no Município de

Guarulhos. Estamos batendo aí perto de 72 por cento de financiamento. Outro gráfico demonstrando de outra forma.

Agora, vamos destrinchar por grupo como estão previstas essas despesas e como foi o Empenho e como foi a Liquidação neste período do 2º Quadrimestre de 2025. Pessoal e Encargos representa dentro do Orçamento, 677 milhões, 88 mil, 194 e 16; Despesas Correntes que envolvem todos os contratos da Secretaria de Saúde, 880 milhões, 123.860 e 65; Investimentos da ordem de 30 milhões, 871.430 e 18. Nós tivemos até o 2º Quadrimestre um empenho da ordem de 404 milhões para Pessoal e Encargos; 780 milhões para Despesas Correntes e 15 milhões para Investimentos. Desse volume, foi liquidado 404 para Pessoal e Encargos; 640 milhões de Despesas Correntes e um milhão, 945 mil para Investimentos, perfazendo o valor de um bilhão, 47 milhões, 024.999 e 11.

Temos uma despesa específica para cobrir pequenas despesas da nossa rede assistencial, que é o programa Pro-Rede. Dentro do Programa Pro-Rede tem aqui uma série de estabelecimentos de Saúde que recebe e aí é importante a gente citar aqui o volume total, o volume total anual previsto de um milhão, 968 mil reais. Foi Empenhado, um milhão, 456 mil e efetivamente gasto em Custeio, um milhão e 92mil e 364mil em material permanente. A execução do Pro-Rede dentro da Média Complexidade temos um valor previsto da ordem de 678 mil, foi Empenhado 540 mil, utilizado efetivamente do ponto de vista de Custeio, 405 mil e 135 mil em termos de material permanente. Portanto, em termos do Pro-Rede, por blocos de assistência aqui: Vigilância, 186 mil; Bloco de Atenção Básica, um milhão, 968; Bloco Média e Alta Complexidade, 678 mil, esses são os valores previstos. Empenhados, do valor de dois milhões, 832 mil foram Empenhados dois milhões, 126 mil, para Custeio um milhão, 594 mil e 500 e Material Permanente, 531 mil e 500 reais.

Despesas por fonte, bloco de atenção. Para o bloco de fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Saúde, o Orçamento Municipal prevê algo em torno de 143 milhões, 299 mil, 624 e 09. Para fortalecimento da Atenção Primária, 298 milhões, 399 mil, 806 reais e 81 centavos. Para ampliação do Atendimento em Média e Alta Complexidade, 645 milhões, 49 mil, 887 e 36. Qualificação das Ações de Vigilância, 40 milhões, 254 mil, 433 e 32 e fortalecimento das Ações de Assistência Farmacêutica, 10 milhões, 745.626 e 85, perfazendo o montante dos recursos do Tesouro Municipal da ordem de um bilhão, 137 milhões, 749 mil, 348 reais e 43 centavos. Esses números já foram apresentados de outra forma entre o orçamento atualizado.

Despesas por Programas. Nós temos do ponto de vista do fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Saúde um valor Orçado da ordem de 144.786 e 26; Empenhado, 97 milhões, 288 mil, três reais e 20 centavos e Liquidado 82 milhões, 562 mil, 163 e 04. Do ponto de vista do fortalecimento da Atenção Primária Saúde: Empenhado, 293 milhões, 161 mil,

106 e 20; Liquidado, 265 milhões, 590 mil, 810 reais e 67 centavos. Atendimento em Média e Alta Complexidade: Empenhado, 754 milhões, 662 mil, 351 reais e 29 centavos; Liquidado, 648 milhões, 468.254 e 39 centavos. Qualificação das Ações de Vigilância: Empenhado, 25 milhões, 143 mil, 163 reais e 18 centavos; Liquidado, 23 milhões, 710.207 e 91. Fortalecimento das Ações de Assistência Farmacêutica: 31 milhões, 532 e 028 foi o Empenhado; Liquidado, 26 milhões, 693.563 e 10.

Programa *versus* Ação é o financiamento e os programas dos quais foram empenhados recursos e liquidados. Estruturação do Sistema Único de Saúde, 11 mil, 957 e 66 foi o valor empenhado e sete mil, 317 e 66 o valor Liquidado. Atendimento a demandas por ordem judicial, oito milhões, 181 mil, 424 e 58 foi o valor Empenhado em cinco milhões, 474.658 e 07 o valor desembolsado até o presente momento. Manutenção das atividades do Conselho Municipal de Saúde, 102 mil, 228 e 28 foi o Empenhado; 101.469 e 56 o efetivamente liquidado. Manutenção de Pessoal e Encargos Trabalhistas Gestão SUS, 52 milhões, 676 mil, 189 e 98, o Empenhado e 52.676.189 e 98, o Liquidado; importante frisar que isso aqui refere-se à Folha de Pagamento. Manutenção e Qualificação da Gestão SUS, 36 milhões, 316.272 e 70 é o Empenhado e Liquidado, 24.302.527 e 77. Portanto, por programa tivemos o Empenho de R\$ 97.288.003,20 e o valor liquidado R\$ 82.562.163,04.

Esse aqui é um outro quadro que apresenta essas mesmas despesas de outra forma. Depois as despesas por programa e ação também já estão embutidas naquele resumo que eu falei agora há pouco; vamos para as despesas por blocos, para que as pessoas tenham a dimensão dos recursos federais repassados.

Gestão SUS: empenho R\$ 12.860,00, liquidado R\$ 10.200,00. Atenção básica, R\$ 63.980.297,02, liquidado R\$ 43.910.564,26. Média e alta complexidade, R\$ 183.465.151,78, liquidado R\$ 139.103.638,94. Vigilância, R\$ 5.688.458,76, liquidado R\$ 4.543.734,38, portanto, de repasses federais, R\$ 195.141.525,08 foi o liquidado, R\$ 260.882.788,83 foi o valor empenhado.

Do ponto de vista dos investimentos, que quase sempre se referem a emendas repassadas pelo Governo Federal, são empenhados R\$ 2.884.842,96, liquidado R\$ 1.252.083,76.

Aqui, um quadro dos maiores credores em termos de prestação de serviços no Município de Guarulhos.

Irmandade da Santa Casa Misericórdia de São Bernardo, R\$ 84.902.000,00. Beneficência Hospitalar de Cesário Lange, R\$ 86.307.000,00. O primeiro, de São Bernardo, é referente ao HMPB, o segundo de Cesário Lange refere-se às UPAs Cumbica, São João Lavras e Maria Dirce.

O HMCA, R\$ 57.846.348,00, refere-se ao HMCA também para a Beneficência Cesário Lange.

Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de São Bernardo, R\$ 77.301.990,86, refere-se ao contrato de gestão do HMU.

Associação Jesus José e Maria, R\$ 50.935.631,96. Congregação das Filhas Stella Maris, R\$ 41.811.239,43. Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa, R\$ 29.804.814,72, isso refere-se ao contrato de laboratório em toda a rede assistencial do Município de Guarulhos.

Associação Saúde da Família, R\$ 21.552.421,13. A Santa Casa de Misericórdia de Oliveira dos Campinhos, R\$ 18.510.000,00, refere-se à gestão da UPA.

Beta Clean, R\$ 16.118.910,97. Diaverum, R\$ 15.649.831,29. Esses são os 11 maiores credores da Secretaria de Saúde.

Administramos ainda, no decorrer deste ano, alguns restos a pagar, referentes especialmente ao ano de 2024, ainda tem um resto a pagar da ordem de R\$ 2.452.228,87.

Aqui, um dado, resumo de como se constitui o Sistema Municipal de Saúde ou a Rede de Assistência do SUS no Município de Guarulhos. Nós temos cinco estabelecimentos estaduais, 158 estabelecimentos municipais, portanto, perfazendo um total de 163 estabelecimentos de saúde prestadores do Sistema Único de Saúde no Município de Guarulhos.

Contamos com 12.984 colaboradores na rede de saúde, sendo 6.903 servidores municipais, 5.991 profissionais vinculados aos contratos de gestões e 90 vinculados ao Governo Federal, que é dentro do Programa Mais Médicos e Médicos pelo Brasil.

Este mesmo quadro, distribuído de outra forma, é o próximo, da mesma forma como atuou no segundo quadrimestre, os profissionais distribuídos por categorias no Município.

Recursos humanos – monitoramento de horas extras. A gente vem fazendo um controle efetivo, mesmo assim nós temos aí algo em torno de despesas da ordem de 574 mil com horas extras no Município de Guarulhos, no Sistema Municipal de Saúde.

Aqui, agora, a gente vai fazer uma apresentação a respeito da prestação de serviços no Município de Guarulhos e aqui é fundamental a gente prestar atenção a alguns números. Os números do Sistema Único de Saúde, Vereador Gilvan, são grandiosos, embora a gente precise ainda aperfeiçoar e melhorar alguns dados aqui apresentados. Mas prestem

atenção, sobretudo, para o discurso ou para o caos que algumas pessoas tentam criar em relação ao Sistema Municipal de Saúde.

Problemas existem, dificuldades existem, mas há a prestação de serviço efetiva. Tudo isso é perfeitamente possível constatar pelos números apresentados aqui.

Atendimento médico na Atenção primária, nós realizamos no quadrimestre 282 mil 469 consultas. Na Atenção especializada, 95 mil 406 consultas realizadas. Nas UPAs e PAs, 450 mil 925 atendimentos médicos.

Nos hospitais, na porta e na parte ambulatorial, 158 mil e 78 atendimentos. No quadrimestre, nós atendemos 986 mil, 878 consultas. É praticamente uma Guarulhos, no quadrimestre, passou pelos consultórios médicos da nossa Cidade.

Atendimento de enfermagem na Atenção primária, 91 mil 413. Na Atenção especializada, 12 mil, 310 atendimentos. Nas UPAs e PAs, 685 mil e 21 atendimentos. É o paciente que passa pelo médico, precisa tomar medicação, 685 mil atendimentos nas salas de medicação.

Nos hospitais, 193 mil, 582 atendimentos de enfermagem, perfazendo um total de 982 mil, 326 atendimentos.

Atendimento odontológico na Atenção primária, 41 mil 409. Na Atenção especializada, 25 mil 182. Nas UPAs, 17 mil, 821 atendimentos. Hospitais, 952 atendimentos odontológicos, 85 mil, 364 atendimentos odontológicos realizados.

Demais procedimentos: quase sempre voltados aqui esses demais procedimentos para efeito diagnóstico, ou seja, os exames realizados, curativos que são realizados. Nós temos aí da ordem da Atenção primária à saúde, 1 milhão, 635 mil 165 procedimentos. Atenção especializada, 621 mil 931.

Nas UPAs e PAs, 283 mil, 547. Nos hospitais, 165 mil 157, perfazendo um total de dois milhões, 705 mil e 800 atendimentos.

Como eu frisei, quase sempre voltados à análise diagnóstica. São as coletas de exames, os resultados de exames clínicos, de análises clínicas e de imagem.

Nós fizemos o total de atendimentos, de consultório, enfermagem, atendimento médico, enfermagem, odontológico e demais procedimentos, uma produção remunerada pelo Ministério da Saúde, pelo Governo do Estado e pelo Fundo Municipal da ordem de 4 milhões 760 mil 368 atendimentos.

Como que esses atendimentos foram realizados? Atendimentos individuais, 530 mil consultas médicas, 184 mil consultas de enfermagem, 1 milhão e 400 mil visitas domiciliares realizadas pelos ACSs e equipes de Saúde da Família e 84 mil consultas odontológicas.

Isso no que diz respeito ao atendimento à Atenção primária.

Os mesmos números, só que especificamente voltados para os atendimentos ao sábado, dentro do Programa Saúde Toda Hora, nós realizamos, durante o ano de 2025, 50 mil e 49 atendimentos aos sábados.

Do ponto de vista dos indicadores de saúde, nós temos valores pactuados dentro da Programação Anual de Saúde e dentro do Plano Municipal de Saúde, que são esses valores pactuados e quais são os resultados que nós conseguimos em termos da atuação durante o segundo quadrimestre.

Então, são 48 indicadores – queria só destacar dois itens especificamente no que diz respeito à cobertura estimada pelas equipes de Atenção básica, que o pactuado é da ordem de 50 por cento e, no segundo quadrimestre, nós cumprimos 49.72. Por que eu estou chamando atenção para esse indicador? Porque quando a gente observa o número de consultas realizadas nas UPAs, a gente vê que há um desafio enorme para a gente fazer em termos de atendimento na Atenção primária.

E um outro dado que eu gostaria de destacar é a taxa de mortalidade infantil que Guarulhos apresenta um índice altíssimo, tanto de mortalidade infantil quanto de mortalidade materna.

Esses são desafios que estão colocados para que a gente possa equacionar e trabalhar efetivamente para ver solucionado, porque é injustificável uma Cidade do porte de Guarulhos manter indicadores desta ordem.

Produção ambulatorial. Nós temos aqui, durante o segundo quadrimestre, do ponto de vista da Atenção especializada, 95 mil atendimentos e, no acumulado do ano, 181.849 consultas da Atenção especializada.

Do ponto de vista de procedimentos – como eu havia afirmado – ações de promoção e prevenção, procedimentos com finalidade diagnóstica, procedimentos clínicos, procedimentos cirúrgicos e órteses, próteses e materiais especiais, nós fizemos no segundo quadrimestre 767 mil 139 procedimentos, totalizando 1.458.917 no acumulado de 2025.

Esse é um dado importante que nós estamos expondo aqui, relacionado à ultrassonografia. No início do ano, nós tínhamos uma fila enorme de ultrassonografia. No segundo quadrimestre, nós realizamos, o

número enorme passava de 100 mil, só para vocês terem uma ideia. No quadrimestre, nós realizamos 66.084 procedimentos, totalizando, no acumulado de 2025, 96.844 exames de ultrassonografia.

Tomografia. Nós realizamos, durante o segundo quadrimestre, um volume de 13.177 tomografias, totalizando, no ano, 25.985 até o segundo quadrimestre.

Sem as PICS, foram realizadas atividades da ordem de 4.839 atendimentos, 9.360 no acumulado até o segundo quadrimestre.

A nossa rede de Atenção psicossocial, nesse segundo quadrimestre, nós conseguimos equacionar, por exemplo, a questão das consultas com psiquiatras, e nós chegamos a um patamar de 111.806 atendimentos ambulatoriais, acumulando, no ano, 209.760 consultas, até o segundo quadrimestre de 2025.

No CEO, Centro de Especialidade Odontológica, nós tivemos, no segundo quadrimestre, em termos de atendimento ambulatorial, 25.182 atendimentos, totalizando, até o segundo quadrimestre, 50.996.

Ainda dentro da lógica dos indicadores de saúde, para proporção de práticas integrativas e complementares, nós temos um pactuado de 57.14, até o segundo quadrimestre nós atingimos 46.43.

Unidades de Pronto Atendimento. Foram realizados atendimentos nos nove estabelecimentos de PA ou UPA, da ordem, no segundo quadrimestre, 450.925 consultas médicas realizadas. Esse número é um número altíssimo, que é uma realidade que a gente precisa alterar, com promoção, prevenção e, sobretudo, com fortalecimento da Atenção primária à saúde. Mas, ninguém fica sem assistência em Guarulhos, dado esse número de 450.000 atendimentos em consultórios médicos das nove UPAs.

Atendimento e enfermagem. 685.021 são os mesmos números que a gente já passou anteriormente, tanto do ponto de vista odontológico.

Esse gráfico, ele é bastante importante para que a gente possa compreender o drama que, às vezes, a gente vive nas UPAs, com indicações de superlotação.

Mas, vejam os senhores, quem procura a UPA, 70 por cento está classificado como verde, ou seja, não é atendimento de urgência ou emergência. Por isso que a gente precisa fazer um trabalho em termos de fortalecimento da Atenção primária.

Do ponto de vista de urgência ou de emergência, nós temos o amarelo com 18 por cento das pessoas que frequentam, daquelas 450.000

consultas realizadas, o laranja que representa cinco por cento e o vermelho que representa muito pouco em termos de demanda de emergência nas UPAs.

Atendimento hospitalar. Nós tivemos, durante o segundo quadrimestre, 10.186 internações. Quando a gente fala de AIHs, é autorização de internação hospitalar, portanto, segundo o quadrimestre, 10.186 internações.

Durante o ano de 2025, de janeiro a agosto, foram 20.359 internações. Aqui, por tipo de leito, 3.139 cirúrgico, 2.351 obstétrico, clínico, 2.795, psiquiatria, 183 internações, pediátricos, 2.047 internações, e leito dia/cirúrgico, 50 internações no período do segundo quadrimestre.

Esses são números dispostos de outra forma. Atendimento de enfermagem, atendimento odontológico, atendimento médico na rede hospitalar do Município de Guarulhos.

O SAMU, nós tivemos, no segundo quadrimestre, 8.131 atendimentos neste período de maio a agosto. Do ponto de vista da urgência e emergência, ampliação do número de leitos clínicos, nós precisamos atender ao que está pactuado no PAS, que é a ampliação de 10 leitos, nós vamos ampliar muito mais do que isso até o final do ano.

Proporção de óbitos nas internações por infarto do miocárdio, 4,77. No segundo quadrimestre, nós atingimos 5,6. Proporção de óbitos nas internações por AVC ou AVE, 24/25, era o pactuado, 22,42 foi o resultado alcançado no segundo quadrimestre.

A implantação de farmácias das unidades de pronto atendimento durante 24 horas, é um desafio que está colocado no Plano Municipal de Saúde. Pactuado três, nós pretendemos colocar pelo menos uma em cada uma das regiões da Cidade.

Transporte ambulatorial. Pacientes ativos no segundo quadrimestre, 1.047. Foram feitas 17.384 remoções, uma média diária de 144 remoções por dia nós realizamos no nosso Sistema Municipal de Saúde.

Transporte ambulatorial, os mesmos dados expostos de outra forma, 12.606 atendimentos agendados, 4.768 por atendimento da Central de Ambulâncias. TFD, Tratamento Fora do Domicílio, é um valor que é destinado aos pacientes que precisam fazer tratamento fora do município de Guarulhos, quase sempre, como os senhores podem observar aí, são tratamentos oncológicos, recursos destinados ao TFD, 23.11,62 durante o segundo quadrimestre. Foram realizadas, do ponto de vista de atuação da Escola SUS 1.039 capacitações.

Quadro de residência médica, é importante aqui destacar que Guarulhos tem a sua residência médica própria, com 51 alunos atuando em vários campos aqui no Município de Guarulhos. Emendas parlamentares, que é um dado importante que a gente tem procurado reforçar, visto a dinâmica que está colocada do ponto de vista do financiamento da saúde, especialmente no plano federal, onde boa parte dos recursos hoje, eles são endereçados a partir de emendas parlamentares.

Logo no início da gestão, nós tomamos a iniciativa de fazer uma apresentação de como estava o Sistema Municipal de Saúde, endereçamos cartas aos três senadores e aos 70 deputados federais e aos 94 deputados estaduais, dizendo da importância deles destinarem emendas para Guarulhos, visto que Guarulhos é um espaço privilegiado no momento eleitoral da visita desses parlamentares.

Então, nós fizemos uma ofensiva, temos um total de 52 emendas cadastradas, sendo que três, no valor de R\$ 17 milhões, já foram recebidas de transferência do Governo Federal, então, 33 no valor de R\$ 113 milhões, 675.282, estão cadastradas e estamos aguardando a liberação, acho que resolvidos esses problemas que o Supremo Tribunal Federal tem tratado com o Congresso Nacional sobre transparência das emendas, eu acredito que a gente receba esse volume considerável que vai fazer uma diferença extraordinária no Sistema Municipal de Saúde.

Do ponto de vista da Assembleia Legislativa, foram recebidas já 13 emendas no valor de R\$ 14.560.000 e tem três pendentes da ordem de R\$ 6.100.000. Portanto, em termos de busca por financiamento de emendas parlamentares, Guarulhos cadastrou neste ano de 2025 R\$ 151.335.282, esse tem sido um trabalho que a gente tem procurado correr o tempo todo atrás desses recursos.

De emendas parlamentares, ainda há 13 federais da ordem de R\$ 7.197.467, R\$ 4.890.0, estaduais, 17, perfazendo o valor de R\$ 12.000.000 destinados especificamente à aquisição de equipamentos. E proposta para execução em obras das 11 federais, R\$ 58.760.802,95 e duas estaduais no valor de R\$ 300.000, referem-se a 13 emendas no total de R\$ 59.060.802,95 para execução de obras na nossa Rede Municipal de Saúde.

No programa Fila Zero nós realizamos ao longo do segundo quadrimestre 142.962 agendamentos nas mais diferentes especialidades. Ouvidoria SUS, recebemos durante o decorrer desse segundo quadrimestre, 12.871 manifestações foram registradas nos nossos canais de ouvidoria. Os canais de ouvidoria podem ser: pessoalmente, por telefone, e-mail, formulário web ou carta. Auditorias, foram realizadas no decorrer do segundo quadrimestre, auditoria em 2.150 AIHs e 234 em SIHDs. São auditorias feitas na rede, sobretudo hospitalar, pela nossa equipe de auditoria e regulação.

Judicialização, esse é um problema sério que o município de Guarulhos vive, com despesas altíssimas do ponto de vista de judicialização, que quase sempre não é responsabilidade do município. Entretanto, há mandados judiciais, nós somos obrigados a cumprir. Então, nós tivemos, no decorrer deste período do segundo quadrimestre, 803 mandados em maio, 807 mandados em junho, 800 em julho e 797 em agosto.

Só para os senhores terem uma ideia, o impacto disso, 6.446.000 de medicamentos ou PMS, quase sempre, que não é responsabilidade do município, mas o Poder Judiciário tem garantido a assistência aos pacientes e aí o município termina respondendo por esses atendimentos. Ponto de vista da imunização, campanha da inFluenza, 293.636 doses, COVID-19, 58.574 doses foram aplicadas no segundo quadrimestre.

É importante destacarmos aqui a elevação que nós tivemos em termos de cobertura vacinal em crianças menores de um ano. A Pentavalente, atingimos uma cobertura de 80.54, a Pneumonia 10, 85.53, a Polio, 72.01 e a Tríplice Viral, 91.07. A vigilância também tem atuado bastante, sobretudo no que diz respeito ao CCZ, com uma série de ações e atividades no decorrer desse segundo quadrimestre. Uma coisa importante do ponto de vista da vigilância, as avaliações de LTA, com 179 avaliações, e do ponto de vista das inspeções e fiscalizações de produtos, serviços, saúde, trabalhadores e zoonoses, 11.000 ações foram desencadeadas.

Também somos responsáveis pela vigilância na questão da coleta, análise e controle de água. As ações voltadas especialmente no combate à Dengue, realizamos, no decorrer do segundo quadrimestre, 255.000 ações voltadas especialmente para visitas e a verificação de casos. Tivemos casos positivos, 1.454 no segundo quadrimestre de 2025. O Laboratório de Saúde Pública, nós tivemos um total, no segundo quadrimestre de 2025, de 125 exames realizados para Dengue, Leptospirose 19, Tuberculose 12.483 exames realizados pelo nosso laboratório.

Aqui é o detalhamento, fica registrado depois, do ponto de vista de licença de AVCB no período aprovado 9 e andamento 17. Esse quadro aqui, que está sendo exposto agora, é para que as pessoas tenham a dimensão, eu falei, tanto na primeira quanto na segunda audiência, das condições precaríssimas que enfrentamos na nossa rede municipal de saúde, e eu havia dito na audiência anterior, não me lembro qual vereador fez o apontamento, que ele queria saber quais as unidades eram locadas.

Então aqui nós estamos apresentando, nós temos um total, do total de estabelecimentos de saúde na nossa rede, nós temos 49 equipamentos de saúde locados e alguns em condições precaríssimas e que a gente precisaria buscar alternativas urgentes. Só para um destaque, que é um dado, nós temos 28, tínhamos 29 UBSs locadas em espaços não muito adequados, porque 29 agora é 28, porque a Água Azul deixou de ser. E aí, só

para vocês também entenderem o drama, quer dizer, a UBS da Água Azul, a família que locava a casa, já fazia mais de três anos que não recebia o aluguel da Prefeitura de Guarulhos.

Entregas realizadas nesse segundo quadrimestre, o CEMEG Cumbica Pimentas, o espaço foi totalmente reformado, climatizado, estamos prestando atendimento com condições mais dignas, tanto para os nossos trabalhadores, quanto para o cidadão que frequenta o espaço. Fizemos também, ampliamos a parceria com o Hospital Stella Maris, implantando o investimento da ordem de R\$ 3,5 milhões de reais em equipamentos, um Centro Oftalmológico Municipal que está lotado dentro do Hospital Stella Maris, com uma previsão inicial de mil consultas por mês, a realização de 16 mil exames e procedimentos e 160 cirurgias por mês, este é o que nós estamos acordando com a perspectiva e possibilidades de ampliação.

A Clínica da Família Água Azul também foi entregue neste segundo quadrimestre, também agora num prédio próprio, a construção iniciou com recursos federais pela gestão anterior, só que quando nós assumimos ainda precisava concluir uma série de situações tipo elétrica, hidráulica, climatização, o mobiliário, tudo isso nós realizamos e fizemos a entrega no decorrer deste segundo quadrimestre.

Tem uma grande reforma que está sendo feita e está sendo entregue parcialmente no PA Maria Dirce, também com recursos de emenda parlamentar e após a conclusão, a gente tem a expectativa de fazer a habilitação e a qualificação deste pronto atendimento em UPA, tipo 3, porte 3, o que poderá gerar recursos consideráveis para a cidade. Também em fase de conclusão, uma reforma na UBS Morros.

Também em fase de conclusão, também com recursos federais, UBS Marinópolis. Devemos também concluir ainda no decorrer deste semestre a UBS Cecap, que no dia que eu fui fazer a visita tinha mais balde, o Prefeito também reforça isso sempre, tamanha a precariedade e as condições de telhado e de goteiras que tinha na unidade. PA Paraventi, também em conclusão, estamos iniciando uma grande reforma para também transformar aquele PA numa UPA porte 3, que vai atender e aliviar sobremaneira a população ali da região do Pimentas, que é o PA Dona Luíza, que funciona num prédio que hoje é utilizado em torno de 40% e tenha todas as condições para ser transformado numa UPA.

Então, nós já demos a ordem de serviço, também pretendemos ainda no segundo, nesse último quadrimestre, ver concluída essa obra, porque isso é fundamental dentro do desenho assistencial que nós estamos fazendo da RUE, da Rede de Urgência e Emergência para o município de Guarulhos. UBS Fortaleza, também estamos retomando esse equipamento, visto que a unidade que hoje está num prédio locado é

absolutamente inadequada, nós vamos retomar e concluir em um prédio próprio para a UBS Fortaleza. Reformas importantes que estão sendo realizadas no Hospital Pimentas Bom Sucesso para melhorar e para responder a uma série de demandas, tanto do Ministério Público de São Paulo, quanto do Ministério Público Federal, quanto do Ministério Público do Trabalho, uma série de ações que estavam correndo e nós estamos fazendo amplas reformas e adequação, especialmente para evitar algo que é fundamental para o atendimento hospitalar, que é a infecção hospitalar.

Então, isso está sendo realizado, também deveremos ter uma ampliação de leitos, sobretudo de leitos de UTI, que é uma grande carência no município de Guarulhos. E outra questão importante é a retomada e a conclusão das obras do Hospital Pimentas. Como vocês sabem, existem dois andares e uma parte do quinto andar, que desde 2006 está para ser concluída.

Nós já estamos no 14º aditivo com a Caixa Econômica Federal. Durante todo esse tempo os recursos estavam disponibilizados e, infelizmente, é um outro hospital dentro do hospital lá paralisado. Por quê? Porque hoje nós temos 142 leitos, com a conclusão desses andares, a gente pode ampliar em pelo menos mais 150 leitos e garantir a assistência adequada ao cidadão de Guarulhos.

Uma outra discussão que está em curso, também foi levantada na última audiência, é a respeito do Hospital Infanto-Juvenil de Guarulhos, que é uma PPP, que o contrato encontra-se vigente, entretanto, as obras não estão em andamento. E qual é a razão? A razão única, exclusivamente, porque o município de Guarulhos não encaminhou a documentação necessária para que o concessionário desenvolvesse o financiamento e desse consequência às obras.

Nós estivemos, durante esses oito meses, fazendo as tratativas, regularizando a área para que a gente possa retomar e discutir efetivamente a pertinência ou não desse projeto ou a readequação desse projeto, porque é um equipamento importante para a Cidade de Guarulhos. Aqui tem um conjunto de ações, que eu não vou falar, mas, individualmente, é uma série de ações, de atividades que são realizadas nas nossas unidades, tem aí as fotos, são as campanhas de vacinação, os grupos de prevenção e promoção, são realizados pela nossa rede assistencial.

Acredito que era isso que a gente tinha para poder expor. Gostaria só de fazer um parêntese, já que foi fartamente anunciado ou divulgado e que a gente já vê nas mídias alguns questionamentos que a gente, honestamente, não consegue entender, porque deveria ser motivo de comemoração para o Município de Guarulhos, que é, dentro desse projeto de readequação da Rede de Urgência e Emergência, a possibilidade da construção de duas UPAs.

Eu uso o termo aqui construção, porque efetivamente é construção, tudo o que você vai fazer de novo, seja uma reforma, seja uma adequação, seja uma locação de um determinado espaço, mas, concretamente, você vai instalar dois novos equipamentos. É a questão da UPA Centro e da UPA Pimentas, Bom Sucesso, que o prefeito anunciou no dia 7 de setembro.

Aí é importante as pessoas compreenderem o que isso significa. Às vezes são feitos os instrumentos de planejamento e, às vezes, eles não são muito bem observados. Então, o Plano Municipal de Saúde, que está vigente, como o Plano de Programação Anual da Saúde, aponta, e apontava já há bastante tempo, a necessidade, por exemplo, de uma UPA no que a gente chama no território 1, que é exatamente essa região central da cidade. Por quê? Por que onde é o pronto atendimento hoje da região 1? É o HMU. E aí, por consequência, você tem superlotação na porta do HMU e o HMU deixa de cumprir a sua missão hospitalar, que é o atendimento de urgência e emergência e realização de cirurgias eletivas, porque ela é absorvida como uma grande UPA na região, no território 1, o HMU.

Portanto, no diálogo interno de governo, nós entendemos que aquele prédio onde funciona a Secretaria de Desenvolvimento Urbano pode ser adequado, adaptado, e a gente implantar ali uma grande UPA para atender o território 1 e desafogar a porta de atendimento, por exemplo, do HMU.

Da mesma forma, quando a gente está falando da rede de urgência e emergência, a gente tem que observar o que ocorre no Pimentas, que também se transformou em uma grande UPA. O pronto atendimento do Pimentas absorve não só a região do território 4, que envolve o distrito Pimentas, mas também termina absorvendo do distrito São João/Lavras.

Por quê? Porque a UPA de São João/Lavras está subdimensionada para fazer o atendimento àquela população. O PA Bom Sucesso é absolutamente pequeno, ele não consegue demandar. Onde as pessoas procuram? O pronto atendimento do hospital Pimentas.

Então, dentro dessa reorganização da rede de urgência e emergência, o que nós imaginamos? A instalação de uma UPA que se dará em um prédio, em um galpão que está construído ali no estacionamento do Shopping Bom Sucesso, como estratégia para poder aliviar a porta do Hospital Pimentas. Mas é só isso? Não. Por isso, a transformação também da UPA Dona Luísa, ou do PA Dona Luísa, em uma grande UPA Porte 3.

Nós estamos falando, gente, em uma questão de equacionar um problema estruturante do sistema de saúde de Guarulhos, que é a questão de leitos. Por quê? Porque todo e qualquer caso que chegue no PA ou na UPA, ele é imediatamente direcionado para os hospitais, quando

poderia dar suporte; ser suporte para os hospitais, as UPAs, fazendo a estabilização de pacientes, dando uma assistência da ordem de 48, 72 horas, e você ter condição de utilizar o hospital para a finalidade precípua, que é salvar vidas. Então, esse é o movimento que nós estamos fazendo, e dentro dessa lógica, é fundamental você ter mais equipamentos adequados do ponto de vista da rede de urgência e emergência. Então, por isso, a proposição da construção dessas duas UPAs e das intervenções que nós estamos fazendo.

Por quê? Nós vamos não só reformar o PA Dona Luísa, como estamos fazendo no PA Paraventi, como nós vamos trabalhar uma reforma e uma adequação do espaço também do São João e do Taboão, e também da UPA Alvorada, ou do PA Alvorada. E da Paulista também. Nós já estamos, inclusive, com o projeto pronto e com a perspectiva de dar ordem de serviço imediatamente.

Então, tudo dentro da lógica de você resolver um problema, que é a ampliação de leitos, e garantir o atendimento efetivo para salvar vidas nos nossos hospitais e nas nossas unidades de pronto atendimento. Então, esse é um grande desafio que está colocado. Está certo? Eu tenho falado e volto a dizer, o problema central de Guarulhos hoje está relacionado a questões estruturantes.

As pessoas podem falar, como assim questão estruturante? Não é estrutural? Não, é estruturante. Vou dar um dado para vocês. Campinas, que é a cidade imediatamente após Guarulhos, em termos populacional, tem 3,5 leitos por habitante. Guarulhos tem 1,4. Mogi, que está aqui no Alto Tietê, tem 1,9. Guarulhos tem 1,4. São Paulo tem 3,4. Guarulhos tem 1,4.

Um dado: Leitos hospitalares em Guarulhos não se aumentam desde o início dos anos 2000. A última alteração no número de leitos ocorreu durante a pandemia, com os leitos do Hospital de Campanha. Está certo? E não ficou nenhum legado, do ponto de vista da ampliação e da necessidade de leitos hospitalares em Guarulhos.

Esse é um ponto que fere frontalmente as condições de prestar um serviço adequado do ponto de vista hospitalar. Assim como temos vazios assistenciais importantes dentro do nosso planejamento, estamos também atentos ao que acontece, por exemplo, no distrito Ponte Grande. A Dona Cibeles vai gostar ali.

Ali precisamos não só adequar todas as nossas UBSs em condições adequadas, como também viabilizar um pronto-atendimento naquela região, dentro da perspectiva, inclusive, de construção de uma UBS própria do Munhoz, está previsto dentro de uma área que estamos negociando, a possibilidade de, inclusive, agregarmos um pronto-atendimento,

porque a população desta região termina indo para o Vermelhinho, em São Paulo, para ser atendido.

Assim como estamos atentos à questão do distrito Lavras, estamos prevendo, dentro de ampliações de UBS, uma UBS para aquela região e o Hospital São João, que o Prefeito também já anunciou. Tudo isso é dentro da lógica da preocupação de, dentro do período de quatro anos, eliminarmos os vazios assistenciais. Temos aqui na região, mais no entorno da Ayrton Sena, Vila Anne, que é o distrito que também está dentro da região do Pimentas, a gente precisa equacionar a questão das UBSs, porque as UBSs que ali estão também estão muito precárias e em condições inadequadas. Assim como, mesmo na região central da cidade, está previsto, tanto no programa de governo como na perspectiva de ampliação e fazer cumprir a implantação de quatro novas UBSs, aqui também na região central, mais precisamente ali na Vila Augusto.

O vereador Daniel já teve uma conversa com a gente nesse sentido. Tudo isso é planejamento que está dado e que as pessoas precisam compreender que estamos apenas há nove meses no governo. E todas essas mazelas e problemas ao longo de 35 anos de construção e difusão do SUS, eles não podem ser enfrentados em apenas nove meses.

Nós temos um plano de governo para quatro anos. Temos um diagnóstico muito bem feito. E, obviamente, quando a gente começa a mexer com essas situações, a gente começa a ferir alguns interesses. A gente começa a tirar algumas pessoas da zona de conforto. Está certo? Nós vamos enfrentar sem nenhum problema. Cartas abertas distribuídas recentemente não alteram o nosso semblante, porque nós sabemos o que estamos fazendo e desafio a qualquer debate, pode ser aqui na Câmara ou em qualquer lugar, para discutir o Sistema Municipal de Saúde hoje e quem é que tem mais conhecimento sobre o que acontece na saúde de Guarulhos.

Então, é isso que a gente gostaria de falar. Agradeço a oportunidade e podemos passar para os questionamentos. Obrigado.

– Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Obrigado, secretário. Muito boa a sua apresentação. Antes de darmos continuidade aqui, gostaria de justificar a ausência da vereadora Janete Rocha Pietá, Secretária da Comissão de Saúde, encontra-se em Brasília no V Congresso de Mulheres.

Também gostaria de mencionar aqui o nome dos vereadores presentes aqui, nesta comissão, vereador Danilo Gomes, vereador Alemão do Transporte, vereador Daniel Alves, a vereadora Carlinda, logo no início nós já mencionamos a presença dela. Nós vamos passar primeiro para os munícipes inscritos.

Eles terão três minutos para fazer a sua pergunta. Vou pedir também que aqueles que fizerem uso é para fazer a pergunta em cima daquilo que é a audiência pública aqui, o que é o que o secretário acaba de apresentar. Sabemos que Saúde, todo mundo gosta de fazer perguntas sobre vários assuntos, porém, hoje aqui é pertinente a isso, o que está sendo apresentado. Então, vou pedir a gentileza daqueles que forem fazer o uso da palavra, direcionar a pergunta ao secretário, mas no tema que nós estamos discutindo nesta manhã.

Depois dos munícipes, nós vamos abrir a palavra também para os vereadores. Neste momento estão encerradas as inscrições para os munícipes, tendo em vista que já as fizeram. Primeiro, gostaria de convidar o senhor Pedro Gomes, presidente do Conselho Regional de Saúde, Centro. O senhor tem três minutos para fazer a pergunta. A pessoa atuante também na área da saúde, sempre participando de todas as audiências. Bom dia.

O SR. PEDRO GOMES – Em nome da Presidente que está aqui representando Doutor Wilson, chamada Dona Cibebe, eu saúdo a todos aqui presentes. Secretário, em relação à prestação de contas, como já foi falado pelo quem está coordenando a mesa, o vereador Gilvan Passos, eu observei que na UPA, na INSV, que é a UPA Taboão, foram repassados mais de 18 milhões, que já foram liquidados, para aquela organização social. E as denúncias naquela organização social, por parte dos trabalhadores, que inclusive estão nos assistindo, estão online nesse momento, eles estão pedindo socorro, secretário.

A organização social que administra aquela unidade, os plantões estão trabalhando com cinco profissionais para atender uma população com aquela magnitude. Imagina uma UPA, por mês, ela atender 20 mil pacientes com cinco profissionais nos plantões noturnos. Vejam só, o plantão de ontem, que assumiram às 19 horas e saíram hoje, às 7 horas da manhã, tinha nove colaboradores, e o horário de janta desses colaboradores, secretário, começou às 22 horas, às “20h15”, ou seja, 15 minutos para a janta de colaboradores.

Eu estou com a escala ali, eu conversei com muitos profissionais, os profissionais estão trabalhando sobrecarregados. Uma outra situação, estivemos lá eu, a Denise, que representa o Conselho Municipal do Saúde pelo Corem, a dona Yolanda, e tinha cinco colaboradores no plantão B, trabalhando sobrecarregados, não tinha lençóis para os pacientes. Pacientes estavam colocados nos leitos, sem lençóis e sem cobertor. Tinha uma paciente, a dona Aguida, que inclusive faleceu ontem, ela deu entrada na sexta-feira, no dia que nós estivemos lá, ela estava lá.

A unidade pediu para os familiares, o senhor Fernando, ir pegar lençóis e cobertores em casa. Agora eu pergunto, mais de 18 milhões passados a uma organização social, que trata o trabalhador, Secretário, de

qualquer jeito. O meu pedido aqui hoje, para o secretário de Saúde, Márcio Chaves, é que olhe para aqueles colaboradores, para aqueles profissionais que, neste momento, estão pedindo socorro.

Profissionais que são desvalorizados, o pior salário que têm, um auxiliar de enfermagem ganha R\$ 1.816,00 em um plantão de 12 horas, plantão sobrecarregado, não tem medicamento, porque eu constatei lá que não tinha medicamento, não tinha papel higiênico na unidade, na sexta-feira, não tinha cobertores, não tinha lençóis, e a população teve que pegar lençóis em casa. A dona Aguida foi colocada em um leito, só no Corino, na unidade, na sexta-feira, porque eu estive lá. Ela foi transferida da UPA Taboão para o HMU e veio a falecer ontem.

E a denúncia dos profissionais lá, da UPA Taboão, é muito grave, secretário. E eu quero que o secretário dê uma olhada para aqueles profissionais, porque são profissionais, pais e mães de família.

Uma outra situação, têm muitos colaboradores que saíram de férias dia 16/8, voltaram dia 17/9, estão sem receber suas férias, ou seja, 30 dias em casa, sem receber férias. Muitos profissionais retornaram a trabalhar, continuam cobrando da organização social o repasse das suas férias, e simplesmente a organização social ainda não pagou.

Então, eu gostaria de saber como que é feita essa fiscalização, porque não dá, secretário, é para o colaborador trabalhar em um plantão exaustivo, atender num plano pactuado de mais de 15 mil atendimentos, atender 20 mil, 18 mil atendimentos, e ser destruído desse jeito. Precisamos cuidar do colaborador, porque é ele que está lá na frente, e o trabalhador da UPA, da UPA Taboão, pede socorro nesse momento. E aos vereadores que estão aqui presentes, eu peço que vocês fiscalizem, ou precisamos abrir uma CPI das OSs neste município. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Obrigado. Também passou aqui por este plenário o Vereador Delegado Mesquita. Secretário? Ou o senhor quer todas as perguntas primeiro? Então, está bom. Vamos fazer todas as perguntas primeiro.

Primeiro, gostaria de convidar aqui o senhor Luca Valente, que é munícipe. O senhor também, três minutos para poder fazer o seu questionamento, por gentileza.

O SR. LUCA VALENTE – Bom dia a todos. Meu nome é Luca Valente, eu sou munícipe e venho representando o coletivo Transguat, coletivo de pessoas trans de Guarulhos e Alto Tietê, para denunciar uma demanda urgente de saúde pública. O AME CTA de Guarulhos é o único ambulatório de referência que atende a população trans de Guarulhos e todo Alto Tietê, está há mais de um ano sem psiquiatra e nove meses sem endocrinologista.

Isso significa que centenas de pessoas estão com seus tratamentos interrompidos, sem acesso seguro à hormonização e acompanhamento de saúde mental. Essa lacuna atrapalha a gente, coloca a gente em risco de automedicação, suicídio, complicações por falta de acompanhamento médico, ou seja, a ausência desses profissionais não é apenas um atraso burocrático, é uma ameaça direta à saúde e à vida da população trans de Guarulhos e do Alto Tietê.

Por isso, eu venho aqui reivindicar e perguntar, como pessoa trans, em nome do coletivo Transguat, quando a Prefeitura e a Secretaria da Saúde pretendem realizar a contratação desses especialistas que estão em falta há mais de nove meses. A comunidade já está há meses desassistida e reitera a urgência de contratação imediata. A continuidade desse serviço não pode depender de promessas futuras, então eu peço à Casa que cumpra seu papel de fiscalização e cobre as soluções concretas e imediatas para a comunidade trans de Guarulhos.

Somos mais de 300 ativos no AME CTA, Ambulatório de Guarulhos, e gostaríamos de uma resposta concreta da Secretaria. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Obrigado, Sr. Luca. Gostaria de convidar agora, também, o Sr. Jaden Lima, munícipe também, para que possa fazer o seu questionamento. Tem três minutos. Bom dia.

O SR. JADEN LIMA – Eu também faço parte do Transguat e sou do município de Itaquaquecetuba, que também faz uso do AME CTA, que não só atende Guarulhos, mas tanto o Alto Tietê por inteiro. Então, Mogi, Poá, Suzano, estão todos inclusos nisso. E estamos reunidos hoje para denunciar uma situação alarmante que atinge não apenas o AME CTA de Guarulhos, o único serviço de referência para pessoas trans e não binárias em Guarulhos e em todo o Alto Tietê, mas também toda a comunidade que depende deste atendimento.

Há um ano estamos sem psiquiatra e há nove meses sem endocrinologista. Isso significa que centenas de pessoas ficaram sem acompanhamento especializado, tendo seus tratamentos interrompidos e sua saúde colocada em risco. Sem médicos, a população enfrenta o risco de automedicação, recorre a soluções inseguras e vê o agravamento de transtornos mentais, situações que poderiam e deveriam ser evitadas.

E é preciso dizer, essa não é uma falha isolada, é reflexo de uma negligência estrutural. Quando a saúde da população é deixada de lado, seja trans, LGBTQIA+, qualquer cidadão que dependa do serviço público, o que está em jogo não são apenas estatísticas, mas vidas reais que precisam do SUS para viver com dignidade. Por isso exigimos medidas imediatas da Secretaria de Saúde de Guarulhos e a reforma urgente de atendimentos

especializados. A garantia de continuidade dos tratamentos e a presença permanente de uma equipe multidisciplinar no AME CTA. Não pedimos privilégios, exigimos direitos. A saúde é constitucional e é dever do Estado e é urgência para nós.

Guarulhos merece um SUS forte, inclusivo e humano e não descansaremos até que a realidade seja transformada. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Obrigado, senhor Jardim.

Gostaria também, neste momento, passar a palavra ao senhor Tadeu Fernando Branco, também munícipe, tem três minutos para fazer o seu questionamento.

O SR. TADEU FERNANDO BRANCO – Bom dia a todos, aos funcionários da Prefeitura, aos conselheiros aqui presentes, aos vereadores, ao secretário e à Secretária-Adjunta, enfim, a todos.

Eu venho aqui dizer que eu sempre acompanho as audiências, acompanho a saúde, sou conselheiro e gestor, estou agora com o Conselho do HMCA e sinto muito a falta de muitos munícipes aqui.

Viu, Secretário? Não para atacar o senhor ou atacar o início de uma gestão, mas para que, juntos – não é, Secretário? – pudéssemos andar e acolher todos os problemas que nós temos na saúde. Todos. Não são poucos. No início, o Secretário abraçou aqui aquele fechamento do HMU, aquela dificuldade e, nós, munícipes, estamos aqui.

Eu estou falando para todos vocês, senhoras e senhores, não só como conselheiro e munícipe, como usuário SUS. Acabei de sair da minha UBS – Tranquilidade – e fazer o meu controle de glicemia e da minha pressão. Então, eu acho que nós temos que estar unidos, sem atacar de início o governo que aí esteja, que, para mim, tanto faz qual fosse.

Eu vejo muito ataque, muita agressividade a uma vontade de um trabalho. Falei para o senhor Márcio –, também sou economista, sou historiador, sou cientista político – eu gostei muito do trabalho dele de início e das questões técnicas que ele apresenta. As audiências – a gente viu nas outras passadas – eram só audiências políticas, ataque, não sei o quê, e isso não leva a nada.

Então, nós que somos munícipes, eu estou falando como munícipe, nós enquanto munícipes interessados à saúde do Município, ao nosso interesse, temos que nos unir.

De início dos oito meses, sem problema nenhum, eu não ganho dinheiro da Prefeitura, eu não ganho nada, não estou aqui com

interesse algum de cargo ou qualquer coisa, também concorri em uma eleição, perdi, e estou aqui para defender os meus interesses e o interesse das 300 pessoas que votaram em mim, das tantas que acreditam na minha luta pela saúde, e eu quero aqui, de mãos dadas com os munícipes, como eu, usuários da saúde, sim, dar uma força para o senhor, sim, senhor Secretário. Siga adiante, como eu falo para também o jovem que estudou na escola onde eu lecionei com o maior orgulho, o Lucas, não fui professor dele, mas estudou na mesma escola que eu lecionei, o Dom Paulo Rolim, siga adiante, faça o que tem que ser feito, nós estamos esperando.

Dificuldades existem, imensas, como o Pedro colocou, mas nós precisamos dar as mãos, parar de atacar e dar ideias, fazer propositura, e esse professor que vos fala, esse munícipe que vos fala, lança um fórum de propositura da saúde para estar junto de Vereadores, de Secretário, de Prefeito, para preparar uma saúde pública que realmente –, como o senhor disse, Secretário – já são 77 por cento de necessitados da saúde em nosso Município, e precisamos que a UPA, a UBS, esteja de pronto para atender cada um de nós.

Eu agradeço o senhor Secretário, agradeço o senhor, seu Gilvan, que agora lidera a Pasta da Comissão de Saúde, ao Geraldo Celestino, que a gente sempre esteve aqui juntos, sempre fazendo essa batalha, e vamos continuar. Mas eu aqui, com o meu espírito franciscano, eu vou dizer, sem ataques, com propósitos, com ideias e conversando.

Eu acho que é assim que nós vamos começar. Como são oito meses que o Governo está aí, ainda dá muito tempo de a gente ouvir. E peço para o Prefeito que, se estiver ouvindo, nos ouça. É muito importante, vai ser salutar para o seu governo. Não tem problema nenhum de que você e o seu partido tenham ganhado a eleição. Parabéns, siga adiante, creia em Deus, porque tudo vai dar certo e, nós, munícipes, também vamos nos dar muito bem com a saúde pública e dependente dela.

Muito obrigado a todos e um forte abraço.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Obrigado, senhor Tadeu. Gostaria, neste momento, de passar para o senhor Secretário, o senhor Márcio Chaves, para as respostas dos questionamentos.

O SR. MÁRCIO CHAVES PIRES – Bom, eu vou tentar me ater aqui à ordem das inscrições. O primeiro questionamento é do Pedro. Pedro, denúncias são sempre bem-vindas e elas serão apuradas. A gente vai checar isso. Qual é o problema? Provavelmente, ninguém te informou, mas, por exemplo, na UPA Taboão, eu estive lá nas últimas três semanas, pelo menos quatro vezes, exatamente discutindo uma reforma, porque nós precisamos ampliar o número de consultórios, nós precisamos ampliar o número de funcionários. Por quê? Porque estava previsto, que você mesmo

falou, uma contratação inicial para fazer 15 mil atendimentos, e eles estão passando de 22 mil atendimentos. Então, precisa ampliar.

Na última audiência e, depois, em uma ou outra ocasião, foram feitas denúncias pedindo para que a gente fiscalizasse a instituição porque os salários estavam atrasados. Pois bem, nós fomos, checamos, não havia salários atrasados. Então, eu queria deixar claro isso.

A mesma denúncia que foi apresentada na última audiência é sobre férias em atraso. Também não havia férias em atraso.

Existe uma demanda que está sendo tratada pelo Sindicato, é no que diz respeito ao que alguns profissionais têm reclamado da questão do piso da enfermagem, que não tem motivo nenhum para eles não estarem recebendo o piso da enfermagem, visto que nós remuneramos o piso da enfermagem. Só que há um questionamento do período que isso deveria ter entrado em vigência ou de como isso deveria ter sido pago anteriormente. Existem demandas judiciais, não é com relação ao pagamento ou não pagamento do piso da enfermagem hoje. Então, nós precisamos conceituar direito a denúncia.

Com relação às questões que você levantou aqui, eu vou pedir imediatamente para a Comissão de Fiscalização do contrato verificar essa questão de enxoval, não justifica a ausência de cobertor ou de lençol ou qualquer outra coisa na UPA. Nas vistorias que eu fiz, estava completo.

Eu faço questão de ir até o almoxarifado e verificar como é que está a questão de enxoval. E, pelo menos nos dias que eu passei, eu estou te falando de pelo menos quatro visitas que eu fiz nas últimas três semanas para poder discutir a reforma e ampliação da UPA Taboão. Então, a gente vai checar. Denúncia sempre é bem-vinda e vamos acompanhar isso *paripassu*, nós só precisamos conceituar direito. Por quê? Porque também todo mundo, acho que está ciente, que nós estamos fazendo um movimento para realizar os chamamentos de todos os contratos de OS que nós temos.

Diga-se de passagem, Guarulhos estava há muito tempo tentando fazer chamamentos, tanto para o Pimentas quanto para o HMU, como para as UPAs que estão com contratos vigentes, e quase sempre não estávamos conseguindo. Por quê? Porque havia uma guerra de impugnações junto ao Tribunal de Contas do Estado e esses editais eram suspensos.

Só para se ter informação, a questão da RAPS, que é tocada pela Associação Saúde da Família, ele está num contrato, num convênio emergencial desde 2021, porque não se conseguia licitar.

Aí é uma informação importante para os senhores Vereadores, para o Conselho, para as pessoas que estão aqui. Nós colocamos o último edital para a contratação de OS para a gestão do Hospital

Pimentas. Nós tivemos a tentativa de quatro impugnações, inclusive por entidades que prestam serviço hoje na Cidade, e as quatro impugnações foram indeferidas pelo Tribunal de Contas, o que nos deu possibilidade de dar sequência e deveremos concluir o processo nos próximos dias.

Quando isso começa a acontecer, você começa a ter uma mexida nos interesses. Então, já tem gente achando que quanto mais falar mal da Cesário Lange, mais rapidamente nós vamos encaminhar o processo. Quanto mais rápido se falar mal da INSV, nós vamos encaminhar o processo. Não, nós temos um cronograma para isso.

Então, nós estamos encaminhando de acordo com a vigência dos contratos e de acordo com a necessidade de apuração de denúncias que precisam, obviamente, ser feitas e acompanhadas, *paripassu* pela equipe de fiscalização. Diga-se de passagem, nesse último movimento, eu não quero ficar respondendo pontualmente, porque, senão, dá a impressão que estou dando muito valor à carta aberta do Fórum Permanente. Mas ele faz uma denúncia, uma denúncia, assim, absurda: "Ah! O Secretário está acumulando cargo de diretor". Nós acabamos de criar esse cargo de diretor para a gestão exatamente da questão do terceiro setor. Na nossa estrutura administrativa, eu estava aguardando a tramitação da documentação para a pessoa que eu já nomeei e já escalei. Enquanto isso, existem documentos que precisam tramitar, e eu estava acumulando. Diga-se de passagem, eu acumular, eu acumulo todas as funções, de uma certa forma, porque eu sou responsável por tudo. Está certo?

Em última análise, as prestações de contas, a fiscalização e tal, é o meu CPF que vai lá para o Ministério da Saúde, que vai para o Ministério Público, que vai para o Tribunal de Contas, e eles fazem uma denúncia como se eu estivesse fazendo algo errado.

Agora, o que é importante saberem? Toda a equipe de fiscalização e a gestão do contrato é exercida por servidores públicos da Prefeitura de Guarulhos, ou da Secretaria Municipal de Guarulhos. Está certo? Basta verificar os laudos, os pareceres que são emitidos pela equipe fiscalizadora, que é composta por servidores, qual é o andamento, qual é o encaminhamento que eu dou? Está certo? Sugerem glosa, eu faço glosa. Sugerem penalidade, eu penalizo as instituições que, porventura, estejam prestando serviço. É isso que tem que ser observado. E não observar se eu acumulei – por um determinado período – um cargo recém-criado até que a documentação seja encaminhada e a pessoa nomeada possa tomar posse. Porque, às vezes, as pessoas esquecem que nós estamos falando de administração pública. A administração pública exige formalidades.

Exige, acima de tudo, cumprimento de determinadas legislações. E é exatamente isso que nós estamos procurando fazer. Portanto, as denúncias apresentadas, elas serão devidamente averiguadas e apuradas.

Com relação ao que o Luca, eu vou considerar aqui tanto o Luca quanto a fala do Jaden como a mesma denúncia ou a mesma colocação. Está certo? É importante porque, na última audiência, veio essa mesma colocação. Está certo? E eu vou responder da mesma forma que eu respondi da última vez, só que agora com mais algumas informações.

Outro dia mesmo o Vereador Mesquita, que está presente aqui, me encaminhou um vídeo de uma paciente do CTA dizendo que ela não estava tendo acesso ao atendimento. Está certo? A nossa situação é um pouco delicada porque, às vezes, as pessoas podem fazer a denúncia, jogar nas redes e, a partir do momento que joga nas redes, aquilo vira uma verdade absoluta. E nem sempre a Secretaria de Saúde pode rebater com as informações porque envolve sigilo do paciente. Está certo? Nem sempre a gente pode rebater a altura como deveria ser rebatido. Pois bem, essa paciente alegava. Eu puxei a ficha de atendimento. Nos últimos seis meses, ela tinha passado pelo menos 12 ou 14 vezes no CTA pelas equipes multiprofissionais, inclusive por infectologista. Eu liguei para a paciente, eu pessoalmente liguei. Sabe qual foi a resposta dela? "Não, é que nós estamos preocupados porque tem um infectologista que está em primeiro lugar no concurso e nós gostaríamos que ele voltasse". Ou seja, o problema não era não ter infectologista, o problema era querer aquele infectologista que está em posição de ser chamado pelo concurso.

Então, a denúncia tem que ser feita de forma correta, o pleito tem que ser feito da forma correta. Quer fazer o pleito de que nós precisamos ter um quadro permanente de profissionais concursados e não podemos ter outro tipo de meios para suprir os serviços assistenciais da Cidade? É um pleito e é uma avaliação que precisa ser feita.

Agora, simplesmente usar a rede social para dizer que não tem o profissional e a pessoa passou pela equipe multidisciplinar e pelo infectologista pelo menos 12 vezes em seis meses, aí a gente não sabe qual é o objetivo disso. Então, a gente precisa caracterizar isso de forma muito correta.

No CTA, nós temos uma equipe multiprofissional atendendo, nós temos infectologistas. Aliás, essa é uma discussão que, inclusive, eu vou fazer e quando eu falo, as pessoas já interpretam como se eu já tivesse tomado a decisão e como se eu já tivesse implantado. Mas, por exemplo, o CTA é um dos equipamentos que está desvirtuado na função e no papel dele, inclusive onde ele está instalado hoje. Quando a gente fala isso e a gente está discutindo isso dentro do nosso planejamento, como que a gente vai dar um caráter diferenciado para o atendimento ambulatorial – está certo? – hoje, por exemplo, eu tenho lá funcionando a Escola SUS, o atendimento ambulatorial do CTA, e o atendimento ambulatorial do CECAP.

No dia em que eu estive lá, para participar de alguns eventos que nós promovemos pela Escola SUS, me chamou a atenção. Voltei para a Secretaria, comecei a conversar com as áreas para verificar qual é o tamanho de espaço que nós precisamos para poder, de fato, instalar um ambulatório voltado para o atendimento, seja DST/AIDS, seja para o atendimento trans, já que nós, inclusive, estamos recebendo uma emenda para isso, e aí já deturpam. Dizem que a gente está querendo fechar o serviço.

Primeiro, eu não posso fechar esse serviço, porque ele é um serviço de referência regional. Nós recebemos recursos para a manutenção desse serviço, está certo? Agora, o que eu posso garantir para vocês é que o atendimento está sendo feito de forma adequada. Às vezes, quando se cobra: "Ah! Eu quero a presença de um psiquiatra". Eu tenho na equipe multiprofissional o psicólogo, se ele entender que há necessidade do psiquiatra, será encaminhado. Diga-se de passagem, até dois meses atrás, Guarulhos estava carecendo de psiquiatras.

Nós ampliamos em toda a nossa rede de atenção psicossocial o número de psiquiatras e o número de horas destinadas para esse atendimento. Então, se lá no CTA alguém precisar do atendimento, rapidamente a gente tem psiquiatra para poder fazer o atendimento na nossa rede de atenção psicossocial, está certo?

Então, vamos entender. Endócrino, nós temos também prestando serviço na rede.

Então, o encaminhamento eu vou explicar ainda mais. Eu recebi a seguinte queixa outro dia. "Olha, não tem mais consulta para o ano de 2025". Está certo? Como que era feito o atendimento? E aí é importante entender como é que se organiza o CTA. O CTA, enquanto centro de testagem, ele é porta aberta e você tem o atendimento ambulatorial que pode ser feito porta aberta a partir da demanda da equipe multiprofissional ou através de agendamentos.

E começou essa queixa da questão dos agendamentos. O que que eu fiz? Eu falei assim: "Abre o sistema até 31 de dezembro". Por quê? Porque o sistema para agendamento é feito mês a mês.

Vamos ver qual é o tamanho dessa fila e qual é o tamanho dessa demanda. Abrimos. Então, está aberto até 31 de dezembro. Já redimensionamos o tamanho desse atendimento com os mesmos profissionais que nós estamos lá. Tá certo? Ninguém que chega para pronto atendimento fica sem atenção lá, sem assistência lá.

Agora, vocês querem saber o número do absenteísmo da falta de pessoas que estão agendadas e faltam nos agendamentos? Cinquenta por cento. Por isso que eu tenho condição de atender toda a porta

de demanda espontânea que se apresente no CTA ou no SAE Carlos Cruz. Então, vamos procurar entender qual é a demanda de vocês.

Eu só posso garantir para vocês o seguinte: A equipe multiprofissional está lá, existe, e com o apoio da rede de atenção psicossocial para os casos que exigiu o psiquiatra. Tá certo? Endócrino, da mesma forma, nós temos. Tanto no SAE Carlos Cruz, quanto no CTA, quanto na nossa rede assistencial.

– Manifestações.

O SR. MÁRCIO CHAVES PIRES – Não vou fazer o debate, eu não vou ficar expondo aqui, os profissionais que existem. Tá certo? Existem os profissionais e existe o atendimento, existe a atenção. Tá certo? Agora, estou chamando a atenção, é 50% de absenteísmo entre as consultas agendadas no CTA.

Então, precisa redimensionar? Precisa redimensionar. Precisamos colocar equipe? Precisamos colocar equipe. Por exemplo, o cargo de psiquiatra, nós vamos trabalhar a questão do psiquiatra dentro da rede assistencial, dentro da rede de atenção psicossocial.

Está certo? Por quê? Porque se estabeleceu que em determinados serviços, inclusive em UBSs, tinha psiquiatra. Não é isso que a rede de atenção psicossocial e o financiamento da política de rede de atenção psicossocial exigem. Tá certo? Então, nós estamos redimensionando o quadro.

Está certo? Uma série de contratações serão formalizadas, inclusive de concurso. A partir do momento que, inclusive, a gente conseguir recolocar o nosso orçamento no patamar que nós tínhamos, por exemplo, até 31 de dezembro do ano passado. E que está sendo preparado e providenciado para votação no decorrer até 31 de dezembro, para vigorar a partir de 1º de janeiro. Está bem? Então, as duas colocações, tanto do Jadem quanto do Luca, eu vou agendar com vocês, inclusive, uma conversa com o gerente lá da unidade para verificar qual é o problema de fluxo que esteja ocorrendo.

Porque, volto a dizer: A equipe multiprofissional está lá, presta o atendimento. É alguém que precisa do psiquiatra? Tem como acessar rapidamente. Precisa do endócrino? Tem como acessar rapidamente. Perfeito?

Com relação à fala do Tadeu, Tadeu, eu acho que o grande movimento é esse mesmo que nós precisamos fazer. Aliás, uma das questões que eu tenho colocado desde o primeiro momento, quando eu cheguei aqui, no dia 1º de janeiro de 2025, é da importância que nós temos de fazer um movimento para fortalecer o Sistema Único de Saúde de Guarulhos. E você só

fortalece o Sistema Único de Saúde de Guarulhos fazendo as discussões de forma correta.

Está certo? A gente só fortalece o Sistema Único de Saúde quando a gente debater as grandes questões estruturantes que afetam o Sistema Único de Saúde. Eu dei um exemplo aqui hoje da questão dos leitos. Eu dei um exemplo hoje, acabei de falar, de como estavam distribuídas as equipes. Está certo? Nós não nos opomos a qualquer tipo de divergência. Divergir faz parte da democracia.

Agora, a divergência precisa ser trabalhada de forma correta. Está certo? Quando alguém faz um movimento, escreve uma carta, dizem: Carta aberta em defesa do SUS de Guarulhos contra o assédio do secretário de Saúde. Está querendo atingir pessoalmente o secretário, não a política de saúde. Coloca para os familiares do secretário de saúde o que está acontecendo, quem você está assediando lá.

É assédio sexual? É assédio moral? Que tipo de assédio? E as pessoas têm coragem de colocar na carta a questão de direitos humanos. Às favas dos direitos humanos do secretário. E aí, quando eu falo isso, vão achar que estou me vitimizando. Não, estou chamando a atenção para o debate.

Guarulhos, nos últimos oito anos, nós tivemos sete, oito, nove secretários. Onde que fortaleceu a política de saúde? Ou será que o que estava em jogo eram os interesses pessoais, individuais, de grupos ou de pessoas, para poder atacar as pessoas, tirar as pessoas da zona de atrito? Está certo? Ou talvez porque as pessoas estivessem tentando fazer algo melhor pelo SUS de Guarulhos, e isso não fez com que se construísse uma política duradoura de saúde no município.

Então, o que o Tadeu levanta é fundamental. Gente, não é à toa que Guarulhos recebe 300 milhões a menos que Campinas, que tem uma população menor, e 400 milhões a menos que São Bernardo, do Fundo Nacional de Saúde. É a falta de discutir de forma clara quais são as questões estruturantes da cidade de Guarulhos.

É inadmissível uma cidade do porte como Guarulhos, eu já falei isso na última reunião e quero repetir, não ter um centro oncológico. É inadmissível uma cidade que é cortada por estradas como nós temos, você tem dois hospitais de urgência e nenhum tem habilitação, por exemplo, para realizar uma neurocirurgia. Então, nós perdemos vidas pela ausência desse tipo de habilitação e desse tipo de profissional.

Então, é inadmissível a gente atuar até hoje sem discutir os protocolos, por exemplo, de IEM ou de AVC da nossa RUI, coisa que nós estamos fazendo agora, celebrando parcerias, preparando, formando as equipes para que a gente, daqui a pouquinho, peça habilitação e a gente salve

vidas utilizando toda a nossa rede instalada. Então, é uma série de situações que nós vamos fazer, só que isso mexe, volto a dizer, na zona de conforto de algumas pessoas. Está certo? Então, esse é o grande desafio que está colocado e, volto a dizer, questões colocadas aqui em relação à UPA Taboão, nós vamos trabalhar, nós vamos tratar na próxima reunião ou na próxima audiência, nós vamos trazer tudo o que foi encaminhado.

CTA, a mesma coisa, nós vamos trazer quais foram os encaminhamentos dados, desde que as questões sejam feitas de forma correta.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Celestino) – Vou passar a palavra agora para o vereador delegado Mesquita. Por favor, vereador, cinco minutos. Tem mais algum vereador inscrito que queira fazer uso da palavra? Obrigado.

O SR. DELEGADO MESQUITA – Muito bom dia a todos e todas. Quero, primeiramente, cumprimentar aqui as pessoas que vieram participar dessa importante comissão, membros da sociedade civil, servidores, profissionais de saúde, todos os demais agentes aqui, de alguma maneira ligados ou que se importam com a saúde do nosso município.

Quero cumprimentar aqui a Comissão de Saúde, parabenizar pela iniciativa, todos os membros, vereadores, vereadoras, cumprimentar aqui as autoridades presentes, secretário Marcio Chaves, secretária adjunta Flávia e, na sua pessoa, cumprimentar todas as mulheres aqui presentes. Quero dizer que eu, apesar de não atuar diretamente na área de saúde, todos sabem, minha área principal é a segurança pública, mas, desde que iniciei o meu Mandato, tenho comigo que nós temos o dever, enquanto representantes do povo, em atuar em todas as áreas que representam uma angústia, uma dor para o nosso povo guarulhense.

E, dentre essas áreas, todos nós sabemos que a saúde, hoje, é uma dessas áreas prioritárias, se não for a maior, onde o povo sofre mais, tem mais dificuldade de atendimento, tem mais dificuldade de obter aquilo que é o seu direito de atendimento adequado e que é dever de todos nós provermos para a população.

Então, eu tenho, no meu dia a dia, fiscalizado, conhecido, já fui a praticamente todas as unidades de saúde de Guarulhos para conhecer, sentir na pele, conhecer de perto o que o povo guarulhense sente, que eu penso que essa é a nossa obrigação, é só sentindo na pele o que o povo sente que a gente pode buscar a solução. E tenho procurado também aprender, cada vez mais, sobre o sistema de saúde. E, assim, pretendo continuar.

Nas minhas visitas, eu tenho como prioridade e objetivo a gente contribuir, a gente ajudar, e ajudar não somente a população, mas olhar

também pelos profissionais, pelos servidores que estão lá. Nós sabemos, muitas vezes, trabalhando por dois, por três, em condições extenuantes de trabalho e com uma remuneração pífia pelo serviço que realizam. Então, tenho certeza, a minha presença nas unidades de saúde é sempre para olhar pela população, mas olhar também pelos servidores.

E poder contribuir, secretário, também com essas informações, ampliando os olhos da Prefeitura, do governo, identificando problemas, identificando lacunas, gargalos, e indicando soluções. E, assim, a gente tem feito. Cada unidade que a gente vai, a gente elabora um relatório.

Eu trabalho muito com os vídeos, sim. A gente publica nas redes sociais. Eu penso que a rede social, bem utilizada, é um excelente instrumento para a gente levar mais longe, não só prestar conta do nosso trabalho, que é a obrigação, mas também levar adiante, levar mais longe uma eventual denúncia, uma eventual dificuldade. E, assim, chamar a atenção do poder público. Mas o meu objetivo principal é sempre contribuir, e assim a gente tem feito.

Eu queria aqui dirigir algumas perguntas e questionamentos para o secretário. Na verdade, a gente teria bastante, mas eu elegi algumas diante do tempo que a gente tem para também não tomar o espaço dos demais. Mas eu queria partir alguns questionamentos partindo do mais amplo para o mais específico. Então, falando de uma maneira mais ampla, o questionamento que eu queria fazer é que, por tudo que eu tenho observado, um grande problema que a gente observa no nosso sistema de saúde aqui do município é em relação à administração feita pelas terceirizadas, as OSs, que, em muitos casos, prestam um serviço muito aquém, um serviço realmente péssimo pelo valor que recebem do município.

E aí, se a gente for encontrar e apontar, talvez, as unidades que nós temos o maior problema na nossa cidade, pelo que eu tenho observado nas visitas que eu tenho feito, talvez vocês vão concordar comigo, que as mais problemáticas a gente vai ter o Hospital Pimentas e o HMU. Claro que a gente tem a questão do excesso de demanda, a quantidade de atendimentos que a gente tem nesses locais, tudo isso contribui. Mas, além disso, o serviço prestado pelas OS, no Hospital Pimentas e no HMU é realmente muito aquém do que eles recebem e o que o povo guarulhense merece.

E, por coincidência ou não, ambas unidades, Sr. Secretário, tanto o HMU quanto o Hospital Pimentas, são administradas pela mesma OS, a Santa Casa de São Bernardo. Em relação a qual, inclusive eu recebo denúncias recorrentes que já encaminhei ao senhor, e o senhor sempre se prontificou a resolver, de falta de pagamento de médicos que não recebem dessas OSs. E eu sei que o repasse da Prefeitura está sendo feito.

Então, a responsabilidade é das OSs, mas é também da Prefeitura em fiscalizar esses contratos. Então, a minha pergunta é se, em relação a essas OSs, nós temos uma previsibilidade, o Sr. já falou aqui de um cronograma em relação ao vencimento dos contratos. Em relação a essas OSs específicas, a OS da Santa Casa de São Bernardo, a gente pode esperar uma rescisão desses contratos e a busca por OSs que realmente prestem um serviço de excelência para a população de Guarulhos?

Porque eu penso que a loucura é a gente insistir nas mesmas fórmulas e esperar resultados diferentes. Então, está comprovado que OSs como a Santa Casa de São Bernardo não prestam bom serviço para a população guarulhense. Eu penso que nós poderíamos considerar renovar por outras OSs. E aí, nesse sentido, até indagar se a gente pode sonhar em ter aqui na nossa cidade de Guarulhos unidades administradas por OSs de classe A, de grande nível, como cidades até menores têm OSs como um Albert Einstein, um Sírio-Libanês, cidades menores que possuem esse tipo de serviço e talvez aqui em Guarulhos nós poderíamos ter. Então, essa é a minha indagação.

Também indagar em relação aos funcionários um gargalo muito grande que eu observo em relação aos práticos e farmacêuticos. Uma deficiência de efetivo e também uma deficiência de valorização, os salários aqui que eles recebem são os menores de toda a região e até mesmo de todo o Estado. Então, se a gente tem uma previsão de contratação desses funcionários, para que a gente tenha as nossas farmácias abertas em tempo integral para atender à população.

Também observo, pelo que eu tenho estudado, por exemplo em relação aos farmacêuticos, creio que o aproveitamento do próprio serviço, das suas atribuições, é muito aquém do que nós poderíamos ter, do potencial que eles oferecem. São profissionais que por lei eles podem até prestar um primeiro atendimento, desafogando toda essa situação do atendimento primário e não somente ficar no guichê entregando medicamento.

Penso que também é uma sugestão que nós poderíamos considerar. E aí, partindo já para casos mais específicos, recentemente estive no UBS Vila Barros, semana passada, e lá chegando, indaguei quem era o responsável, o gerente da administração, me informaram que estava de folga. Aí perguntei: "Bom, e quem que é o supervisor?" "Não, nós estamos sem supervisor". "Quem está respondendo pela unidade?" Não tinha ninguém respondendo pela unidade. E aí eu constatei que, segundo informado no local, a gente está com essa dificuldade de supervisão. Não é, secretário? Claro.

A gerente estava no seu dia de folga, que é direito dela, ninguém está questionando isso. Mas a supervisão, por conta da municipalização dos agentes, esses agentes foram redirecionados para outras unidades que não a supervisão. Então, hoje a gente está com essa lacuna de

supervisão que faz com que unidades onde o gerente esteja de folga, por exemplo, estejam sem supervisão, sem responsável ou técnico em determinados momentos que não dá para a gente admitir. Então, perguntar se há já alguma previsão para a gente resolver essa situação.

E aí, partindo para uma situação, para concluir realmente, partindo para uma situação mais específica, nesse final de semana, sexta-feira, na verdade, foi postado nas redes sociais, acredito que muitos viram e muitos me marcaram sobre uma situação da tomografia lá no HMCA. E aí, eu entrei em contato com o gerente da unidade, o Leandro, que me informou que já há algum tempo o aparelho de tomografia está danificado, sem previsão, ainda aguardando a sua substituição ou reparo.

Então, perguntar se há uma previsão específica ali da gente reparar ou comprar um aparelho de tomografia lá para o HMCA, que é fundamental para atender às nossas crianças ali. Aliás, o HMCA tem que ser uma prioridade, a gente recebe bastante reclamação, muitos pedidos de socorro lá, pedir sempre para olhar com muito carinho para o HMCA, para a saúde das nossas crianças.

São as considerações e as indagações que eu queria fazer, mais uma vez, agradeço a oportunidade, agradeço a presença de vocês, a apresentação, e sigo à disposição para a gente lutar por uma saúde que o povo guarulhense precisa e merece.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Muito obrigado. Obrigado, vereador.

Com a palavra, o secretário Márcio Chaves.

O SR. MÁRCIO CHAVES PIRES – Vereador, agradeço às questões levantadas. Temas que eu já abordei, inclusive, em outras audiências, tenho certeza que o senhor tem conhecimento da abordagem. Recebi o senhor no meu gabinete outro dia, conversamos demoradamente, e eu pude apresentar para o senhor qual que é a estratégia, aquilo que nós pretendemos realizar aqui na cidade de Guarulhos.

Primeiramente, é importante as pessoas interpretarem a existência das OSs como algo, hoje, do ponto de vista da gestão econômico financeira e orçamentária, como algo absolutamente necessário para os sistemas de saúde. Não estou dizendo que, em Guarulhos, ela é determinante. Mas, só para que as pessoas possam entender o drama que as cidades brasileiras vivem, os prefeitos, os secretários municipais de saúde, que é como uma questão colocada, que se chama limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Você precisa ampliar cotidianamente o quadro de servidores da Saúde. Dentro da estratégia de concursos públicos, quase

sempre você não consegue cumprir essa ampliação. E aí você recorre a outras ferramentas, a outros instrumentos que estão postos na legislação, e a questão das OSs é um dos aspectos que são utilizados para poder fazer a cobertura de profissionais.

Todos os contratos que nós temos hoje na cidade de Guarulhos, nós herdamos esses contratos. E aí eu posso fazer um debate do ponto de vista do conceito que se coloca para a questão das OSs. Aqui em Guarulhos, a impressão que eu tenho e todos os movimentos que eu pude observar, se trabalhou com um conceito de terceirização. Eu entrego o equipamento para a OS, pago tanto e eles que se virem com o resto, como se não tivesse responsabilidade da Secretaria de Saúde pelo planejamento das ações, pela fiscalização e pela condução da política de saúde no âmbito municipal. Nós temos que interpretar a questão das OS e a Lei nº 9637, de 1998, coloca isso com todas as letras, nós temos que interpretar a questão das OSs como uma delegação, não como uma terceirização.

Aliás, OSs não deveriam ter donos, não deveriam ter proprietários, não deveriam ter empreendedores. As OSs deveriam ser formadas e constituídas a partir de entidades que já prestavam serviços na área de educação, cultura e saúde. Quando foi formalizada a intenção dentro do processo de desestatização do país, se trabalhou com a lógica de você ter os grandes hospitais, que eram prestadores SUS, como transformados em OSs.

As Santas Casas de Misericórdia, que existem em quase todo o município brasileiro, ou pelo menos no Estado de São Paulo, existem praticamente em todos os municípios, também deveriam cumprir essa função. As entidades filantrópicas, vamos pegar aqui duas entidades filantrópicas que nós temos na Cidade, JJM e o Stella Maris, é que deveriam cumprir essa missão. A grande ideia era trazer essas pessoas ou essas instituições para cumprir essa função complementar à Administração Pública, ou seja, em vez de você fazer a prestação de serviços de forma direta, você pudesse contar com essas instituições em apoio e, complementarmente, elas desenvolverem essas ações de gestão.

Infelizmente, não é isso que está acontecendo. A gente tem observado diariamente operações policiais e no Ministério Público e, quase sempre, na área da saúde, envolvendo OSs. Então, eu diria que o objetivo inicial, lá de 1998, dentro do Programa de Desestatização do Estado Brasileiro, ela está razoavelmente comprometida.

O que nós estamos procurando fazer aqui em Guarulhos? Primeiro, recuperar o conceito. A Secretaria de Saúde tem papel fundamental no planejamento das ações do que ocorre nesses estabelecimentos e a Secretaria de Saúde tem o papel precípua de fiscalização e de correção de

rotas, de correção de rumos. É isso que nós estamos procurando fazer com os chamamentos.

Acredito que, no decorrer desses nove meses, uma série de situações estão sendo corrigidas e a Secretaria de Saúde tem cumprido o seu papel de planejamento das ações do que ocorre dentro desses estabelecimentos que hoje estão sendo geridos por OSs.

Há problemas? Há problemas. Como eu disse, contratos herdados. E os contratos herdados, inclusive, com defasagem daquilo que é o serviço que deva ser prestado por essas OSs no âmbito dos estabelecimentos. Vou dar um exemplo. A partir do momento que eu coloco no contrato que a OS, por exemplo, a HMU e a HMPB, devem realizar as cirurgias e eles não estão realizando, eu tenho que verificar qual é a razão disso. E eu identifico de imediato a razão como sendo o que? A superlotação na porta que você tem a partir do pronto atendimento realizado. E esses números, eles estão presentes, eles são visíveis e eles são devidamente auditados. Está certo? Então, a gente tem essa realidade que precisa se verificar.

Quando se fala de que nós pagamos a quem? Há um questionamento em relação a isso. Se houvesse essa superestimava, ou seja, nós pagamos mais do que é prestado o serviço, com certeza os órgãos de controle já estariam atuando em relação a isso. E, como eu disse, aqui nós temos instrumentos de fiscalização que são feitos por servidores públicos. Então, com certeza, todos os apontamentos estão sendo feitos e nós estamos observando esses apontamentos para correção.

Qual é o instrumento e a ferramenta que nós temos? Fazer novos chamamentos. Como eu disse numa resposta anterior, os chamamentos que Guarulhos tentou fazer nos últimos anos, todos eles não deram, não foram exitosos. Nós colocamos agora um primeiro chamamento exatamente para o HMPB, que está com um contrato emergencial e, felizmente, a gente conseguiu superar aquela fase inicial, que são das impugnações apresentadas pelas mais diferentes entidades. Apresentaram-se nesse chamamento que nós fizemos para o HMPB oito instituições que agora está em fase de análise da documentação dessas instituições e eu espero poder corrigir e apresentar, a partir do momento da assinatura do contrato, uma nova visão, uma nova possibilidade para que o HMPB passe a ter um outro histórico, vamos colocar assim.

Agora, paralelamente a isso, a Secretaria de Saúde tem que fazer a sua parte. Por quê? Equipamentos, por exemplo, que deveriam existir no HMPB é responsabilidade da Secretaria de Saúde, não é da OS.

O senhor falou do tomógrafo, daqui a pouco vou falar no tomógrafo. Por exemplo, o tomógrafo que estava lá no HMPB era um

tomógrafo que eu não sei como é que eles ainda estavam utilizando, porque você não via absolutamente nada nas imagens. Nós autorizamos a imediata troca do tomógrafo. O tomógrafo pertence à municipalidade, é patrimônio municipal. O que nós fizemos? Autorizamos a locação do tomógrafo lá no HMPB.

Mobiliário. No dia 1º de janeiro, eu saí da posse e fui direto lá no HMPB. Eu fiquei chocado, em estado de pânico, quando eu comecei a me deparar com as salas, o mobiliário à disposição do HMPB. Autorizei imediatamente a troca. Então, é preciso entender como se dá a gestão desses equipamentos. Nós estamos procurando corrigir exatamente essa questão do conceito de terceirização. Eu não entrego o equipamento para eles fazerem o que eles quiserem. A Administração delega a gestão, mas o acompanhamento tem que ser de caráter público. O planejamento, a fiscalização, o controle, tudo isso é feito... Esse é o grande movimento que nós estamos fazendo em termos de Secretaria de Saúde de Guarulhos. Então, há perspectivas de nós termos uma nova direção a partir do momento que a gente assinar o contrato.

Eu não posso garantir para o senhor que haverá rescisões contratuais. Por quê? Porque você tem uma série de preceitos legais a serem observados. Por exemplo, eu não posso escolher uma determinada instituição para fazer a gestão desses hospitais. Eu tenho que fazer o chamamento público dentro das regras, dos requisitos colocados. É feita uma avaliação das entidades que se apresentem. É um processo licitatório que ocorre para a questão da gestão das OSs.

Como é que nós podemos trazer instituições de peso? Eu gostaria de ter o Einstein aqui, no HMPB. Eu gostaria de ter o Sírio-Libanês no HMPB. Tem um fator fundamental, a atratividade. Essas instituições precisam perceber que vale a pena vir para Guarulhos e desenvolver um trabalho em parceria, por delegação, em sintonia com a Prefeitura de Guarulhos. Agora, quando você pega as páginas da internet, quando você pega os jornais, quando você pega as reportagens ao longo do tempo, o que a gente observa? Caos na saúde em Guarulhos. Caos na saúde em Guarulhos. Não se paga médicos. Médicos sofrem violência em Guarulhos. Qual é a atratividade que essas instituições vislumbram para Guarulhos? É um questionamento para a gente avaliar.

– Manifestações fora do microfone.

O SR. MÁRCIO CHAVES PIRES – Mas, a partir do momento que é feito o chamamento, elas só virão dentro dessa perspectiva.

Outra coisa, quando você faz um contrato de gestão, você não pode – e é um problema que ocorre em inúmeras prefeituras, não estou falando que necessariamente em Guarulhos ocorra, – passar a tratar a OS ou a entidade ou a instituição como um prestador de serviço como outro qualquer

que tem lucro. E, portanto, se ele tem lucro, ele não precisa receber em dia. E isso é o que gera preocupações. Só que é isso que eu falo. A simples notícia do caos, a simples notícia do não pagamento de médicos, a simples notícia de problemas relacionados à violência afasta as boas instituições de virem participar de um chamamento. É isso que a gente precisa trabalhar de outra forma.

Eu, por exemplo, estou fazendo um movimento para a gente tentar atrair algumas instituições, por exemplo, para os novos contratos que nós estamos fazendo. Eu observei as 94 instituições que estavam qualificadas no Município de Guarulhos desde o momento que ele passou a ter a lei de OSs e eu encaminhei o edital para as 94 instituições. Eu publiquei no *Diário Oficial da União*, no *Diário Oficial do Estado*, as 94 instituições que tinham direito a participar desse chamamento.

É uma forma que a gente tem de incentivar, de motivar e de tentar atrair as boas instituições, além daquelas que já estão aqui prestando serviço. Então, é um movimento que nós precisamos fazer.

Toda classe política, os agentes públicos, o conjunto dos servidores, a população, as instituições sérias precisam agir dessa forma para a gente tentar atrair. Outra coisa, nós precisamos incentivar as instituições que atuam na Cidade. Não dá para você prescindir do JJM ou do Stella Maris na prestação de serviço e na ampliação dos serviços aqui na Cidade de Guarulhos, da própria Santa Casa, que outro dia eu recebi a direção da Santa Casa. Por quê? Porque depois de anos nós conseguimos o AVCB do prédio onde está instalado o HMCA. Foi agora que a gente conseguiu isso. Depois de anos de denúncias de problemas envolvendo o Ministério Público do Trabalho, envolvendo o Ministério Público do Estado de São Paulo e denúncias inclusive do Ministério Público Federal, agora nós conseguimos o AVCB lá no HMCA. Eu recebi o pessoal da Santa Casa e, para minha surpresa, eles prestam serviços assistenciais também na Cidade e poderiam ser contemplados com convênios, com contratos de gestão aqui na Cidade.

Então, a gente precisa se valer das boas instituições, das boas práticas na Cidade. Por exemplo, tem todo um trabalho de ampliação, por exemplo, da questão materno-infantil na Cidade, que a gente tem feito todas as conversas envolvendo o JJM. E somos sabedores que a gente precisa, inclusive, investir na infraestrutura lá do hospital. Por quê? Porque tem uma série de questões que precisam ser observadas com base nas portarias do Ministério da Saúde para que a gente possa levar avante a Rede Alyne aqui no Município. E o JJM é um dos nossos principais prestadores de serviços.

Agora, como é que eu posso ter tranquilidade para ampliar o serviço se alguém bota um vídeo lá dizendo que as mulheres estão morrendo de dor na hora do parto? Quem conhece maternidade sabe que vai

ter mulher gritando de dor mesmo. O parto normal faz parte da estratégia da Rede Alyne também. É possível fazer a cesárea? É possível, mas a mulher vai ter dor.

Outra coisa, para você entrar com a cesárea, com a anestesia, exige um determinado limite da dilatação. Então, são regras que às vezes as pessoas... Aí alguém vai lá, grava, bota em todas as redes sociais. É uma calúnia e uma difamação ao hospital, da instituição.

Então, essas são questões que a gente precisa observar o tempo todo, porque depois você não consegue rapidamente demover as pessoas daquela ideia que elas criaram imediatamente com o vídeo transmitido. Então, é um movimento que nós precisamos fazer. E a gente está determinado a – primeiro – demonstrar de forma inequívoca que o SUS de Guarulhos, ele precisa ser fortalecido, mas ele já é forte.

Sexta-feira, nós tivemos aqui a presença do Ministério da Saúde. Acha que é fácil o Governo Federal vir lançar o programa? Agora tem especialistas na cidade de Guarulhos, e a Cidade de Guarulhos ser uma das únicas do Estado de São Paulo contemplada com especialistas que você não encontra em nenhum lugar? É um movimento que nós estamos fazendo para demonstrar que a segunda maior Cidade do Estado de São Paulo não pode ficar de fora dos programas que são avanços dentro do fortalecimento do Sistema Único de Saúde. Então, é um movimento, Vereador, que a gente precisa fazer e que a gente precisa construir juntos.

Da mesma forma, quando eu falo, a fiscalização, as visitas que os Vereadores fazem, os vídeos que são gravados, são muito bem-vindos, mas eles têm que vir acompanhados de uma articulação, de um movimento para também trazer recursos das respectivas bancadas, dos vários partidos políticos que compõem esta Casa. É importante a gente ter, por quê? Porque 50 por cento dos recursos investidos no país, hoje, de saúde, provêm de emendas parlamentares e de emendas parlamentares individuais e as emendas de bancadas de parlamentares no Congresso Nacional.

Então, nós precisamos fazer com que todos aqueles parceiros partidários e que têm mandato no plano federal contribuam com o Município. E Guarulhos, por ser a segunda maior Cidade, a gente precisa ter esse apoio.

Então, aquilo que eu tenho insistido sempre nas conversas que eu tenho com a Comissão de Saúde, nós precisamos urgentemente ampliar o nosso leque de participação de recursos federais para que a gente possa ampliar e qualificar os nossos serviços. E só tem um jeito: atraindo emendas parlamentares nesse momento.

Mais do que isso, a Secretaria estar preparada para pleitear os recursos dos programas e projetos que o Ministério financia. Eu já coloquei

isso em uma outra reunião e volto a repetir. Guarulhos havia pleiteado, dentro do Programa Agora Tem Especialistas, R\$ 2 milhões. Nós reformulamos o projeto e pleiteamos R\$ 147. Temos um limite para atingir até da ordem de R\$ 107 milhões. Isso foi aprovado exatamente porque Guarulhos é um Município de referência regional.

Então, se nós ampliarmos a nossa capacidade de realização das seis OCIs, o que são as OCIs? Ofertas de Cuidados Integrais: Oncologia, cardiologia, saúde da mulher, oftalmologia – eu não me lembro de todos – ortopedia, são seis OCIs. Se a gente demonstrar capacidade de oferta, a gente vai ter R\$ 107 milhões para poder investir.

Qual é o problema? Nós não temos capacidade instalada ainda, por isso que nós precisamos aliviar a pressão dos nossos dois hospitais municipais, aliviar a pressão que os hospitais filantrópicos têm, que eles são a grande porta para a gente poder... Quando a gente entra com o serviço de oftalmologia no Stella Maris e eles tiverem capacidade de crescer, mais recursos virão para a Cidade. E um detalhe, virão fora dos tetos, é injeção direta, é recurso direto na realização e na prestação de serviço. Da mesma forma, nós precisamos ampliar o diálogo e estamos fazendo isso com os hospitais privados da Cidade.

Então, nós já agendamos reunião com a Rede DOR, Unimed, Carlos Chagas, Bom Clima, para discutir o quê? Como é que eles podem oferecer serviço dentro da estratégia do Agora Tem Especialistas. Por quê? Porque o Programa pressupõe a participação da rede privada naquilo que ela tem ociosidade, a gente poder contratar serviços, encaminhar cirurgias, encaminhar exames, desde que o atendimento completo da demanda do cidadão se dê em 60 dias, ou seja, gera uma consulta, gera exames, o diagnóstico. Precisa de cirurgia? Tem que fazer dentro do prazo de 60 dias para poder receber os recursos. Isso é um ganho fundamental para o Sistema Único de Saúde. Nós precisamos estar articulados com a rede privada da Cidade para poder garantir a chegada desses recursos.

Então, esse é o movimento que nós podemos fazer e vamos fazer, estamos fazendo, devemos soltar nos próximos dias, porque o programa ainda, a gente está amadurecendo e digerindo esse programa que está sendo apresentado pelo Governo Federal, nós devemos soltar nos próximos dias um credenciamento exatamente para laboratórios, clínicas e hospitais que existem hoje em Guarulhos, na rede privada, para vir complementar a prestação de serviços do SUS. Então, isso é fazer política pública de saúde em Guarulhos, está certo?

O tomógrafo, só para responder, o tomógrafo, ele queimou um componente, esse componente fica R\$ 500 mil, um tomógrafo novo está na faixa de R\$ 1,2 milhão, R\$ 1,3 milhão, então não compensa consertar esse aparelho.

Estranhamente, a notícia vem na sexta-feira, quando a gente estava recebendo o Ministério da Saúde aqui, porque a denúncia podia ter vindo antes, certo? Ela não veio. Por que ela não veio? Porque nenhum caso no HMCA deixou de ser atendido por falta de tomografia. Por quê? Porque nós agilizamos a troca do tomógrafo no Pimentas, agilizamos os protocolos para o HMU atender, o HMCA, enquanto a gente não tinha esse aparelho. Agora, o pior é porque está previsto a chegada do equipamento essa semana, aí na sexta-feira resolveram jogar. A criança que foi apresentada como demandando, ela não tinha sequer condições de realizar o exame. Mesmo que o tomógrafo estivesse funcionando, ela não reunia condições para fazer o exame de tomografia, está certo?

Então, a impressão que eu tenho é assim: “Vamos fazer a denúncia hoje, porque o tomógrafo chega semana que vem e a gente não vai ter mais o que falar”. Exatamente isso. E, obviamente, articulado, eu estive lá na hora que saiu a primeira nota, está certo? Eu saí da reunião com o Ministério e fui lá no HMCA. A foto tinha sido tirada momentos antes.

Estava exatamente igual, a caixa de papelão do lado, a posição do tomógrafo, ou seja, foi tirada para poder colocar naquela denúncia específica. Toda a denúncia é bem-vinda, eu estive lá para verificar qual era, a minha preocupação era a assistência à criança, está certo? Havia um diagnóstico, eu não posso efetivamente ficar falando disso – está certo? – por sigilo, mas o que eu posso garantir é que se o tomógrafo estivesse funcionando, a criança não faria uso do tomógrafo naquele dia, porque ela não reunia condições para isso. Só que a matéria é colocada como se a criança, a saúde, a vida da criança dependesse do tomógrafo naquele dia.

Então, a previsão é, ainda no decorrer dessa semana, o novo tomógrafo ser instalado, está certo? Existiam questões técnicas, porque, obviamente, que a gente quer um aparelho de última geração, um aparelho maior, estava-se exatamente se estudando a possibilidade de como é que se remove aquele e se coloca o outro em condições adequadas. Por isso, a demora na troca e na substituição do equipamento, mas já estava devidamente autorizado junto à instituição.

Bom, vamos falar de dois problemas que a gente tem.

– Manifestação fora do microfone.

O SR. MÁRCIO CHAVES PIRES – Oi? Não, vou responder agora. É aquela coisa que eu falo, sempre há interesses, e eu não estou dizendo que os interesses não são razoáveis, os interesses são sempre legítimos, principalmente quando envolvem valorização profissional. Então, foi importante você me fazer essa pergunta, Vereador, porque eu tenho possibilidade de, inclusive, responder a essa famigerada carta aberta à população, porque, por exemplo, eles colocaram determinadas questões no

plano assistencial, que tem divergência da forma como nós estamos conduzindo, porque, inclusive, usam de um instrumento que faz parte –, é tão velho quanto a política, – que é a mentira, certo? Então, mentem descaradamente em relação a determinados aspectos da carta.

Por quê? Porque a mentira, já dizia Santo Agostinho, a mentira, às vezes, é verdadeira se a pessoa acredita nela. Então, tem pessoas que divulgam determinadas mentiras acreditando na mentira, o que é um desvio de conduta ética absurda. Mas, tudo bem, elas acreditam.

Questionam questões assistenciais, vou dar um exemplo, a carreta de mamografia. Não se fala a quantidade de mulheres que foram atendidas na carreta, e não são mulheres da área central da Cidade apenas. Quem está sendo atendida na carreta é quem estava na fila, o Vereador Danilo já se retirou. O Vereador Danilo – no dia que nós instalamos a carreta ali na praça – acompanhou e ele chegou e fez um pedido específico para o Prefeito e para mim. “Olha, é possível a gente colocar essa carreta circulando e abrir o agendamento aqui e tal?” Eu falei: “Vereador, isso não é possível pelo seguinte, o objetivo da carreta é zerar a fila, é tirar mulheres que estão há muito tempo aguardando o ultrassom da fila. Então, eu vou seguir a fila de regulação, o agendamento da regulação”. Como nós estamos fazendo nos bairros, o absenteísmo está batendo 50, 60 por cento. A partir do momento que eu colocar aqui no centro, pode ser que isso melhore pelo acesso, pela acessibilidade das linhas de ônibus e tal. E, de fato, melhorou.

Quando nós entramos na carreta – até queria o testemunho dele aqui – uma mulher falou: “Ainda bem que vocês estão chamando, porque eu estava há um ano e meio aguardando”. Ou seja, se eu não seguisse a fila, o chamado de acordo com a ordem, muito provavelmente ela iria ficar aguardando quando a carreta chegasse no bairro. Por quê? Porque a carreta não é para demanda espontânea, não é assim: “Eu quero fazer a mamografia, eu vou lá e faço, ou quero fazer o ultrassom, eu vou lá e faço”. Não, está seguindo uma ordem. Então, só para deixar claro isso. Eles questionam isso, é uma divergência lateral, eu diria.

Agora, vamos para a questão da reforma administrativa que foi feita. Primeiro aspecto, eu não mexi em nenhum gerente a partir do momento que eu assumi no dia 1º de janeiro, salvo... Na verdade, eu transferi uma gerente, que era a gerente do Munhoz, que foi prestar serviço em uma outra unidade também na condição de gerente. Está certo? Veio a reforma administrativa. Ao fazer a reforma administrativa, e os senhores votaram aqui a alteração que foi necessária, saiu o que era ensino superior em saúde. Não, não precisava desse ‘em saúde’. Então, nós tivemos o interregno de 30 dias em relação a outras Secretarias para regularizar a questão dos gerentes. Só que um detalhe, no dia que foi publicada a regulamentação da reforma, no dia 6 ou 8 de setembro, nós publicamos a Portaria para todos os gerentes que estavam. Aí, o que aconteceu? Alguns gerentes não preenchiam o requisito,

inclusive da legislação anterior, e estavam na condição de gerente. Isso deve ser, vai, quatro, seis gerentes no máximo. Está certo? Nós fomos obrigados a corrigir por não terem ensino superior, que já estava previsto na legislação anterior. Só que, quando você faz uma reforma administrativa, altera os cargos, altera as classificações, a Divisão de Recursos Humanos aqui exige a apresentação de toda a documentação novamente. Ao apresentar a documentação, alguns não preenchiam os requisitos.

Então, foi isso que aconteceu. Não é que o Secretário quis mexer nos gerentes de unidades. E aí, vamos para a questão da supervisão. A supervisão era ocupada, esses cargos, por alguns servidores municipalizados. O que são os servidores municipalizados? Servidores que trabalhavam no Estado, e, a partir do momento da implantação do SUS, eles vieram prestar serviço ao Município. Está certo? Aí, teve uma ação que chegou até o Supremo Tribunal Federal. Essa ação diz o seguinte, funcionários municipalizados, regidos, inclusive, por aquele critério da estabilidade de cinco anos até a vigência da Constituição de 1988, não se aplica ao que é colocado para os servidores, vamos colocar assim, estatutários próprios, locais. E aí, qual foi a interpretação do nosso Departamento de Recursos Humanos? Não da Saúde, da Prefeitura, da Secretaria de Gestão, de que municipalizados não poderiam ocupar cargos de confiança ou de gratificação nomeados pelo Prefeito. Está certo? Então, nessa situação, eu tenho quatro servidores, que, inclusive, eu não gostaria de perdê-los na condição de supervisor, porque estavam correspondendo. Eles colocam que é o Secretário que está fazendo isso. Desconhecem a legislação, desconhecem decisões recentes, mas o importante é atacar a honra do Secretário, é um assediador.

Então, na verdade, o que aconteceu em relação a essa questão da supervisão é isso, as portarias dos novos servidores que serão nomeados estão para acontecer nesses dias aqui. Por quê? Exatamente como nós precisamos fazer uma série de ajustes no quadro, servidores estão sendo entrevistados. Por quê? Porque tem que ser servidor para ocupar o cargo. Está certo? E nós temos bons profissionais no Sistema Municipal de Saúde. Então, estão sendo feitas as entrevistas. Recentemente, houve uma série de profissionais que passou por um curso de formação de gestão. Nós estamos observando isso também, porque nós não podemos desperdiçar uma linha de trabalho, de educação permanente, que foi realizada pela Escola SUS.

Então, tudo isso está sendo observado. Está certo? Então, quando o senhor coloca que esteve lá e a gerente estava de folga, não é que ela estava de folga, provavelmente a gerente está usando alguma das prerrogativas de licença-prêmio, de licença de gala, alguma licença prevista em lei, porque não há folga para o servidor. Ou estava de atestado, algo que ocorre muito no Município de Guarulhos. Então, só para deixar clara essa situação.

Questão das farmácias. Esse é um problema estruturante também, e estrutural. Está certo? Não é que nós não temos farmacêuticos suficientes. Não, é que, às vezes, os concursos foram realizados, trabalhavam com uma lógica de 40 horas semanais e depois foi facultada a redução de jornada. Quando você faz redução de jornada, você não pode imediatamente repor o profissional. Está certo? Você tem uma série de profissionais afastados. Nós temos uma série de profissionais adaptados. E, pelo fato de ser adaptado ou estar afastado, eu não posso repor imediatamente esse profissional também. Então, eu fico com déficit de cobertura. Tem um outro problema estruturante, que é a função de prático de farmácia. O prático de farmácia não pode fazer a dispensação. O concurso foi realizado e a criação do cargo não prevê um determinado conhecimento técnico em assistência farmacêutica. Então, tudo isso precisa ser alterado.

Volto a dizer, nós estamos há nove meses. Nove meses pode parecer muito, porque nove meses é o tempo de geração de uma vida, certo? Nove meses você gera uma vida. Então, pode parecer um tempo enorme. Para os problemas que nós encontramos no dia 1º de janeiro, é pouco tempo para a gente enfrentar todas as situações. Além disso, nós temos que discutir também as deficiências estruturais que nós temos em nossas farmácias. Às vezes, as pessoas reclamam da falta de um determinado medicamento. E não é que o medicamento não esteja no nosso almoxarifado. É que você não consegue fazer um abastecimento padrão de garantia para o mês todo de determinados insumos e determinados medicamentos. Está certo? Então, ao interferir diretamente na qualidade da assistência farmacêutica, passa por você criar melhores condições estruturais, inclusive, em nossas unidades.

Nós estamos iniciando um programa que eu acredito que vai ser bastante inovador, que é o Programa Remédio em Casa. Só o fato de você tirar a dispensação, por exemplo, de fraldas de dentro das nossas farmácias, já vai aliviar consideravelmente a demanda. Então, uma coisa é fato, e eu não sou de negar fatos, eu não sou de negar determinadas situações. Por exemplo, a parte salarial. De fato, o salário está abaixo do mercado. Está certo? Agora, não é essa gestão em nove meses que vai conseguir equacionar isso.

Inclusive, tivemos a campanha salarial em que a Prefeitura foi para a mesa de negociação, procurou demonstrar todas as condições que nós tínhamos para poder fazer esse debate, e isso interfere em todas as categorias que prestam serviço na saúde. Não é apenas o farmacêutico que está defasado, existem outras categorias defasadas. Só que nós temos que discutir isso dentro da política de recursos humanos do Município de Guarulhos. Está certo? E não podemos transformar isso em um cavalo de batalha contra o Secretário que não quer ver isso. Não, eu estou vendo isso, aponte isso em todos os relatórios, falei disso, inclusive, na primeira audiência

aqui. Está certo? Então, são situações que a gente precisa deixar muito claro como é que se trabalha.

Mas eu tenho certeza de que com o apoio que nós temos recebido da Câmara Municipal, de todos os Vereadores, a forma como a gente tem sido respeitado, inclusive no debate, porque o grande problema da mentira ou do uso das redes sociais de forma equivocada, que alguns fazem, é exatamente por quê? Porque, hoje, uma mentira corre muito rápido. Está certo? Já dizia Sócrates, dentro dos ensinamentos da discussão da política, que é o seguinte: a mentira é uma ferramenta que desvirtua o debate. Por quê? A política sempre foi pautada pelo debate. Nas redes sociais, você não tem oportunidade de debater, você não tem oportunidade de contradizer. Está certo? Você até tem, mas vira uma briga de rua, vira o que a gente viu lá entre o Popó e o Vanderlei. Quer dizer, aquilo lá não serve para nada, não ajuda em nada a situação. Está certo?

Então, por isso é que eu falei, eu desafio o fórum, e só para deixar claro também, outro dia falaram que eu, na reunião, usei o termo ratos de esgoto. Usei mesmo, mas não para ofender algum funcionário que discorde ou divirja de mim. Eu usei para aquelas cartas anônimas que difamam, caluniam, está certo? E que são covardes por não se apresentar para que a gente pudesse contestar. Isso não tem outra terminologia, a não ser, especialmente em saúde pública, usar o termo de ratos de esgoto. Porque contamina, prolifera vírus, faz um monte de coisa. E destrói o Sistema de Saúde com esse tipo de mentira. Está certo?

A crítica acho que serviu para alguma coisa, porque pelo menos agora começaram a se apresentar. Só não assinam, precisa assinar o documento para que a gente possa se defender.

Está certo? E quero deixar claramente que eu me coloco à disposição para o debate, para discutir como é que está organizado o Sistema de Saúde de Guarulhos, quais são os problemas que nós temos, quais são os projetos e programas no debate. Isso é absolutamente necessário para a democracia.

E quem assina com uma condição de querendo ou defendendo o SUS, precisa entender as deficiências e as dificuldades que o SUS tem. Na sexta-feira, por exemplo, quando o Ministério da Saúde vem aqui colocar uma série de questões, foi colocado em todas as letras as dificuldades, as deficiências que o SUS tem nacionalmente. Não é na Cidade de Guarulhos. É nacionalmente. Está certo? E, de uma certa forma, hoje, felizmente, graças à democracia que vem sendo construída no país, diferentes partidos já passaram pelo Governo Central, pelo Governo da União. Diferentes partidos já passaram aqui em Guarulhos. Diferentes partidos já passaram pelo Governo do Estado.

Então, todo mundo sabe, de uma certa forma, como é que se organiza a administração pública, quais são os grandes gargalos, quais são os grandes problemas. Está certo? E só no que diz respeito ao SUS, que é uma política pública de Estado, algo que deve ser fortalecido. Por quê? Na Cidade de Guarulhos, por exemplo, nós temos 75 por cento das pessoas que são dependentes SUS. Elas só têm uma alternativa, procurar um serviço público de saúde na hora das suas dores. Por isso que nós precisamos estar irmanados e verdadeiramente interessados em poder resolver os problemas da saúde na Cidade. Está certo? Posso garantir que esse é o grande objetivo das equipes que hoje dirigem a Secretaria de Saúde e eu tenho certeza de que é o grande objetivo do conjunto dos servidores da saúde de Guarulhos; felizmente, a gente tem sido muito bem tratado pelo conjunto dos servidores de Guarulhos, o que não quer dizer que não existam algumas pessoas com privilégios, na zona de conforto muito agradável e que a gente começa a mexer e que aí começam a fazer determinadas questões, mas isso as digitais estão colocadas, a gente sabe de quem se trata e vamos procurar fazer a coisa sem perseguição, sem qualquer assédio – está certo? – mas discutindo de forma correta qual é o SUS que a Cidade de Guarulhos merece, e eu tenho certeza de que todos aqui estão interessados em fazer um SUS forte, um SUS resolutivo, está certo? E que o cidadão possa ser bem atendido na hora da sua dor, está bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Obrigado, senhor Secretário, obrigado ao Vereador Mesquita que fez a pergunta. Também quero acusar aqui a presença do Vereador Rafa Marques que também fez parte.

Já estamos finalizando, demos início aqui por volta das 09 horas e 20 minutos da manhã, são 11 horas e 56 minutos.

Quero agradecer também, Secretário, porque quando o Jaden e o Luca fizeram aqui as perguntas, o senhor se colocou aí à disposição de marcar com eles, para que eles possam estar conversando pessoalmente com o senhor, para que eles possam passar realmente a demanda – o senhor também deu uma explicação – e chegar a um denominador comum, então, muito obrigado.

Agradeço ao senhor, a toda a sua equipe, prontamente, sim, desculpa Presidente, a senhora quer fazer uso da palavra neste momento, antes de nós encerrarmos, por gentileza.

A SRA. CIBELE REGINA LOURENÇO – Bom dia a todos, Presidente da mesa, senhor Secretário, a Secretária-Adjunta, a todos que compõem a mesa, senhores presentes aqui no nosso plenário, eu queria só completar alguma coisa que o senhor Márcio falou.

Realmente, na saúde, a gente tem todos esses problemas, muitos desafios e como o Conselho Municipal da Saúde, que ele é composto

de gestão, trabalhadores e usuários, a gente recebe essas denúncias também, tentamos passar para tentar resolver, ver o que é verdade, o que não é verdade, que muitas vezes chegam de forma dúbia e eu quero colocar só uma coisinha para vocês, hoje está começando a votação do novo Conselho Municipal, que é a Gestão 26-27, foram abertas diversas inscrições para usuários, infelizmente todo mundo gosta de reclamar, mas na hora de participar desse controle social, não aparecem.

A gente sabe que estão tendo muitos boicotes, sabemos, como em nosso Conselho – durante todo este ano – tivemos vários boicotes e não estamos atuando com todos os conselheiros necessários dentro do nosso Conselho. Então, a gente deve também cobrar dos nossos usuários por que a não-participação? É muito importante essa participação de todos, porque cobrar é fácil, mas participar para que ande esse processo, tem que ter a participação de todos. É isso que eu queria deixar.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Obrigado, Dona Cibeles pela participação, pelas palavras que acabou de dizer aqui.

Então, como eu estava dizendo, quero agradecer mais uma vez ao secretário Márcio Chaves pelo trabalho que o senhor vem realizando na nossa Cidade, desejar uma boa sorte ao senhor, a toda a sua equipe, ao Rafael, ao Subsecretário, à Secretária Flávia, Secretária-Adjunta, a todos os colaboradores que vieram aqui nesta manhã, a gente sabe o desafio que cada um dos senhores e senhoras tem, principalmente no local de trabalho, onde muitas vezes as pessoas que chegam ali não entendem a dificuldade que cada um dos senhores e senhoras passam, por tudo aquilo que o Secretário já nos relatou, e melhor, são os senhores e senhoras que trabalham lá na ponta, que às vezes nós vamos em um convênio e demora um mês para você agendar uma consulta, passar por um médico, muitas vezes a demora que nós temos também, às vezes ali a pessoa chega e em meia hora ela quer ser atendida, e se ela não é atendida, quer agredir o funcionário, fala palavras que muitas vezes deixam a pessoa desmotivada de trabalhar ali, o Secretário já falou sobre salários, e nós sabemos que não é de hoje, e eu sempre gosto de falar que eu moro em Guarulhos, eu tenho 57 anos de idade, eu cheguei aqui em Guarulhos com um ano de idade, sei dos desafios e, hoje, eu estou Vereador, eu não sou Vereador, eu estou Vereador, e amanhã eu posso não estar Vereador, mas eu vou continuar morando nessa Cidade, eu quero o bem dessa Cidade, como tenho certeza de que aqueles também que, hoje, são colaboradores, que são funcionários, amanhã vão estar aposentando, mas querem deixar uma marca, uma marca positiva.

E, Secretário, é o que nós desejamos ao senhor e a toda a sua equipe, porque passaram vários Secretários aqui, e para nós, Vereadores como o Vereador Delegado Mesquita, Vereador Rafa Marques que se encontra aqui, a Vereadora Carlinda, os outros Vereadores que passaram por aqui, nós estamos surpresos com isso, porque quando o senhor relata cidades

menores do que Guarulhos recebendo mais dinheiro, e por quê? Porque Secretários não se preocupavam com isso, o Secretário queria fazer ali a sua propaganda, nada contra, mas e buscar o verdadeiro recurso? E buscar aquilo que realmente precisa?

Quando nós falamos de UBS: “Ah! Porque a UBS está superlotada”. O senhor da última vez falou que visitou algumas UBS para aumentar o médico, mas não tem lugar para pôr o médico, não tem sala para o médico trabalhar, como é que aumenta ali o médico para estar atendendo ali? Às vezes até os funcionários que ali estão não têm um lugar digno de trabalho.

Então esse desafio que o senhor vem fazendo de ampliar, de mudar lugares, porque também, principalmente na área da segurança pública, que tem dois colegas aqui, tanto o Vereador Rafa Marques como o Vereador Delegado Mesquita, e eu que somos da área da segurança pública, estamos cansados do famoso puxadinho, era o puxadinho ali na delegacia, era o puxadinho na Companhia da Polícia Militar, era o puxadinho na Inspetoria da nossa Polícia Municipal, e nós temos que parar com isso, realmente termos equipamentos que dê condições para que o funcionário trabalhe bem e, principalmente, para população – quando passar por ali – ser bem atendida.

Então quero desejar uma boa sorte em nome dos 34 Vereadores e Vereadoras desta Casa, contem com esta Casa naquilo que for preciso, dentro das nossas possibilidades, podem contar com o nosso apoio.

Finalizando aqui na apresentação, se falou sobre campanhas de publicidade, na Comissão de Saúde, nós recebemos alguns munícipes, nós recebemos algumas demandas, Secretário, que sempre eram feitas divulgações e, hoje, quando a gente diz assim: “Não, mas na rede social nós estamos fazendo”. Sim, mas tem pessoas que têm dificuldade de ir para a rede social, de acompanhar pela rede social, e ainda estamos acostumados com aquele famoso, como o Vereador Daniel Alves fala, o panfletinho, aquele panfleto que a pessoa chegava ali na unidade de saúde, e ali ela pegava sobre a campanha contra a dengue, e ali sobre vacinação, e ali sobre uma demanda específica, e, às vezes, principalmente a pessoa idosa, que ela tem uma dificuldade de acessar a rede social, ela cobra isso, Roberto, aqui, na Comissão, ela veio falar sobre isso. Entendemos também que por um momento foi suspenso, porque o senhor tem um orçamento X e teve que apertar ali para poder sanar algumas coisas, mas eu gostaria de fazer esse pedido, quando possível, voltar essas campanhas de vacinação, porque, às vezes, o funcionário está ali na UBS, precisa ali desenvolver bem o seu papel e, às vezes, tem a vacina e não tem o paciente, porque ele não sabe que está tendo aquilo.

A Vereadora Janete, que é a Secretária da Comissão, também falou sobre isso, sobre a prevenção, então, se for possível, resgatar isso.

Quero mais uma vez agradecer a todos os Vereadores e Vereadoras que passaram por aqui, a todos os munícipes que saíram da sua casa, que vieram aqui discutir algo tão importante que é a saúde pública. Muitas vezes olharam para os colaboradores, olhando o crachá dos senhores aí, a vontade de falar, de chegar, de levantar a mão e dizer: "Olha, se vocês soubessem como que é ali e tudo", o nosso total respeito e gratidão a todos os senhores e senhoras que vêm aqui, que participam, que estão ali na ponta, cuidando de tudo, cuidando da saúde, para que as pessoas que estão deste lado, o Secretário, a Secretária-Adjunta, o Subsecretário, enfim, todos os Diretores, para realmente trazer a demanda para eles para que eles possam pôr em prática. Por quê? Porque é o interesse de todos. Porque nós moramos nessa Cidade, nós queremos que não só a saúde, mas tudo aqui dê certo, porque isso é muito positivo. A mesma colaboradora, o mesmo funcionário, às vezes, de uma UBS, tem a tia, o tio, a mãe, o pai, a avó, o vó, que também usam esse equipamento público. E, se ele der certo, dá certo para todos nós.

Que Deus continue abençoando a cada um dos senhores e senhoras. Muito obrigado pela participação de todos, de todos aqueles que participaram.

Mais uma vez, Secretário, é uma alegria muito grande quando participamos juntamente com o senhor nesta Casa. O senhor sempre explica, sempre traz dados e é muito interessante quando o senhor fala sobre o debate. O debate é isso mesmo. Eu posso não concordar com tudo que o senhor fala, o senhor pode não concordar com tudo que eu falo, mas nós vamos debater. E ali nós vamos chegar a um denominador comum para que tudo dê certo. Muito obrigado, dou por encerrado essa audiência. Deus abençoe a todos!

– Encerra-se a Audiência Pública.



– PRESIDENTE –
Vereador Gilvan Passos

OBS: OS DISCURSOS AQUI TRANSCRITOS NÃO FORAM REVISTOS
PELOS ORADORES.